

# asemana



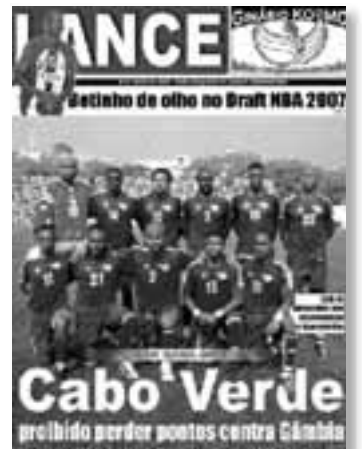
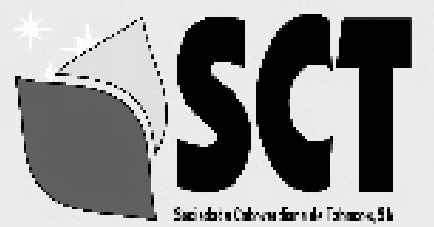
SEXTA-FEIRA, 8 DE JUNHO DE 2007 • ANO XVII • Nº 806 • SEMANÁRIO • PREÇO: 100\$00

DIRECTORA: FILOMENA SILVA

CPI DAS ZDTI'S

## Parlamento perde gravação

Pág. 2



### Junta de Saúde

DIRECÇÃO DO HAN  
PEDE REAVALIAÇÃO  
DE PROCESSO

Pág. 4

### Social

UMA TRAGÉDIA  
"INGLESA"

Pág. 15




## Madalena Neves "chumba" marinas na Murdeira

Págs. 10-11



APRESENTAÇÃO ELECTRÓNICA DE FACTURAS / PAGAMENTO DE SERVIÇOS

Com a GARANTIA, já pode consultar e liquidar as suas facturas nas caixas ATM, a qualquer hora, em qualquer ponto da Rede 



GARANTIA  
Com a sua Rede de Caixas ATM

# Contacte-nos!



Janine Lélis

*A Comissão Parlamentar de Inquérito do MpD criada para averiguar a gestão das ZDTIs encontra-se numa situação delicada. É que João Pereira Silva, o antigo ministro da Economia, recusa a assinar a acta da audição pública, alegando que as suas declarações não foram devidamente transcritas dos registos magnéticos. Solicitada a gravação para conferir as suas palavras Pereira Silva teve um choque: informaram-no que a fita magnética tomou chá de sumiço. Janine Lélis, presidente da referida CPI, escusa-se, por ora, a pronunciar-se sobre o assunto, invocando impedimentos de ordem legal.*



João Pereira Silva

## Gravação das declarações de Pereira Silva desapareceu

O trabalho da CPI do MpD para averiguar a gestão das Zonas de Desenvolvimento do Turismo Integrado está seriamente comprometido. Tudo por causa da danificação ou não gravação de partes dos registos magnéticos das declarações do ex-ministro da Economia, João Pereira Silva, feitas durante a audição pública realizada recentemente na Praia. O caso, que está a beliscar a seriedade e a imagem desta CPI, vem sendo investigado por um jurista nomeado pelos serviços administrativos da Assembleia Nacional. Este terá como missão principal descobrir, juntos dos serviços técnicos da assembleia, o que causou tal situação.

Amadeu Oliveira, advogado de Pereira Silva, descreve que o seu cliente compareceu junto da CPI e respondeu, durante cerca de cinco horas, a todas as perguntas formuladas pelos inquiridores, as

quais foram acompanhadas de provas documentais e gravadas pelos serviços técnicos da AN. “Só que qual não foi o nosso espanto, quando se apresentou a acta para ser assinada por João Pereira Silva, se constatou que se tratava de um resumo que a presidente da CPI do MpD, Janine Lélis, considerava ser importante. E da leitura desse documento verificou-se que muitas coisas importantes e esclarecedoras, ditas pelo meu cliente em audição pública, não constavam daquela acta. Pereira Silva, depois de concertar com o seu assistente, recusou-se, por isso, a assinar o dito documento e exigiu que a acta da audição pública fosse uma transcrição fiel de tudo o que estava gravado”.

O advogado justifica que, com esta atitude, se quer evitar qualquer tipo de manipulação das declarações do antigo ministro da Eco-

nomia, Crescimento e Competitividade por parte de certos actores políticos e órgãos da comunicação social. “O facto é que João Pereira Silva não recebeu, para assinar, a acta com a transcrição das suas declarações e há rumores de que a presidente da CPI, Janine Lélis, não apresentou o documento na íntegra, uma vez que, agora, alega-se que parte da gravação das declarações de Pereira Silva foi danificada ou nem sequer chegou a ser gravada”.

Amadeu acrescenta que, a ser verdade, esta situação é inadmissível e deixa no ar várias questões. Uma das interrogações a se fazer é, de acordo com a mesma fonte, como é que a CPI vai explicar a não gravação ou danos da gravação da audiência pública de João Pereira Silva e qual será o grau de fiabilidade das declarações que irão constar da acta. “A relação do meu cliente tem sido de muita

colaboração com a CPI. Mas a partir desse incidente é necessário repensar tudo e adoptar uma outra atitude face a esses incidentes”, avisa Amadeu Oliveira, lamentando, porém, o facto de o PAICV estar a deixar o MpD conduzir tal inquérito como bem entende.

Contactada por este jornal, a presidente da CPI, Janine Lélis, recusou pronunciar-se sobre o assunto em apreço, alegando que, por impedimento legal, está proibida de o fazer.

Entretanto, a outra CPI do PAICV sobre as ZDTIs, comandada por David Hopffer Almada, está, por seu turno, a concluir as cinco audições que faltava realizar, devendo até 21 deste mês, apresentar o seu relatório final ao parlamento para efeito de apreciação e aprovação. Poderá, caso tal for impossível, pedir a prorrogação do prazo do referido inquérito.

Alírio Dias de Pina

# Cabo Verde vai aderir a um novo cabo submarino

O governo já autorizou o ministro Manuel Inocêncio Sousa a negociar a adesão de Cabo Verde a um novo cabo submarino de comunicação, a ser lançado por uma sociedade de direito espanhol. Este novo meio vai ligar o país aos continentes europeu, americano e africano, e visa criar uma alternativa ao Atlantis 2, este pertencente a um consórcio de firmas estrangeiras de que Cabo Verde Telecom faz parte.

O Estado de Cabo Verde, através de uma recente resolução do Conselho de Ministros, autorizou o ministro das Infraestruturas, Transportes e Mar, Manuel Inocêncio Sousa, a negociar, nos termos do nº 2 do artigo 260º da Constituição da República, a adesão cabo-verdiana ao novo cabo internacional de submarino a ser lançado proximamente.

A iniciativa parte de uma sociedade de direito espanhol, com sede em Tenerife, Canárias, denominada NAP de África Ocidental-Isla Canárias (ou Neutral Access Point West África – Canary Islands). Trata-se, segundo uma fonte autorizada, de um projecto que visa implementar um grande cabo submarino de comunicação, através do qual será garantida a conectividade entre a Europa, a América e a África.

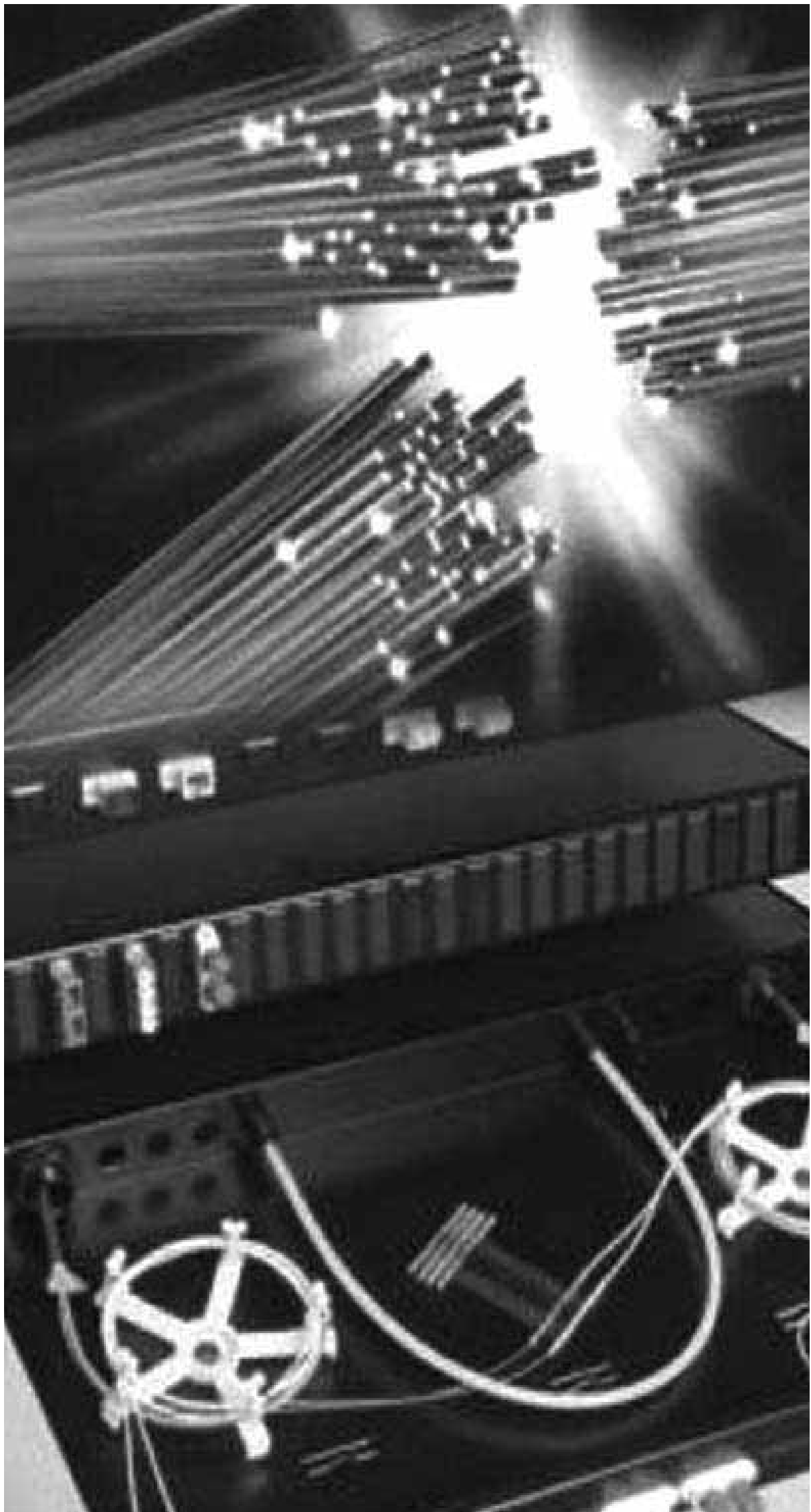
Este jornal está em condições de avançar que, com o novo cabo, as ligações entre os três continentes passarão a ser mais fluidas e de melhor qualidade. *“O cabo a ser implementado proporcionará aos países de África conectividade neutral de baixos custos, infra-estrutura de alojamento de equipamentos fiáveis e seguros, bem como a acumulação do tráfego de dados internacionais”*. Além disso, porque *“o cabo não pertencerá a nenhum operador em particular fica descartada a tentação de alguém procurar encarecer as tarifas do tráfego de informação”*, garante um informante de **A Semana**.

O Palácio da Várzea justifica essa sua medida com o facto de as comunicações internacionais de Cabo Verde serem, na actualidade, asseguradas principalmente pelo cabo submarino internacional de fibra óptica, denominado *“Atlantis 2”*. Este interliga os continentes sul-americano, africano e europeu, tendo como alternativa o sistema de comunicações via satélite, que estabelece ligações com Portugal, Holanda, EUA, Senegal, Espanha e França.

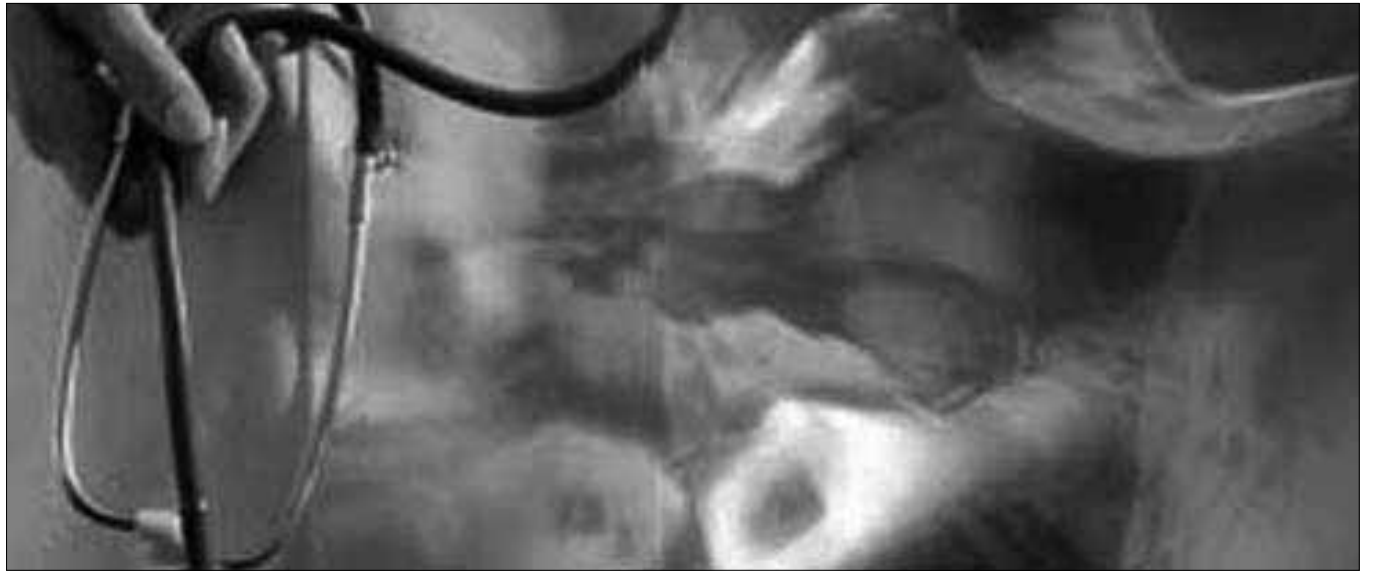
*“Em situação de avaria ou rotura do Atlantis 2, o país tem enfrentado sérias dificuldades de comunicar com o exterior”*, diz a mesma fonte, que recorda o recente colapso vivido por este arquipélago. *“Sendo assim, é premente que o país disponha de mais um veículo que o conecte com os países de África e com o resto do mundo, pelo que todas as oportunidades que tendam à satisfação dessa necessidade deverão ser prontamente aproveitadas”*. Por conseguinte, através do Conselho de Ministros, está Manuel Inocêncio Sousa autorizado a buscar a participação de Cabo Verde na NAP de África Ocidental-Isla Canárias, SA, através da subscrição de uma acção da classe, soube **A Semana**.

Além de funcionar como um canal alternativo ao *“Atlantis-2”*, a adesão de Cabo Verde ao novo meio de comunicação integra-se no processo da transformação deste arquipélago num centro internacional de prestação de serviços, no qual *“as novas tecnologias da comunicação devem desempenhar um papel de relevo”*, afirma a fonte deste jornal.

**Alírio Dias de Pina**



A direcção do Hospital Agostinho Neto já remeteu um despacho para que o médico Henrique Vera Cruz seja sujeito a uma nova Junta de Saúde. A decisão veio na sequência de uma carta do médico enviada à direcção do hospital, mas nela Vera Cruz não pede a sua reavaliação.



## Direcção do HAN pede reavaliação da Junta de Saúde

A carta foi endereçada à direcção do HAN no dia 22 de Maio (depois de **A Semana** ter contactado Henrique Vera Cruz para a elaboração do artigo “*Inválidos para a função pública, válidos para assessorias*”, publicado na edição de anterior) em que pede autorização para uma “*colaboração como voluntário, com as restrições físicas, nas áreas clínicas que exerce*”, mas em nenhum momento pede reanálise do seu caso à Junta de Saúde de Sotavento.

Na carta a que **A Semana** teve acesso, aquele médico admite que não pode cumprir as horas de função pública, nem 1/3 desse horário. Também se reconhece inválido para exercer regularmente actividades cirúrgicas ou entrar em cirurgias de urgência com duração imprevisível.

Também visada no artigo, a Junta de Saúde de Sotavento remeteu um direito de resposta a este jornal no qual esclarece o seu papel neste processo. Ali pode ler-se que “*no caso concreto de Henrique Vera Cruz*” havia “*motivo bastante para o declarar incapacitado para continuar a exercer a sua actividade profissional actual, no caso, a de cirurgião, tal como, aliás, solicitado pelo seu médico assistente*”,

A Junta sublinha ainda que “*as incapacidades para o trabalho podem ser ou*

*não reversíveis, admitindo a lei, quando o sejam, a possibilidade de, através de um novo pronunciamento, a Junta de Saúde rever o parecer anterior, observados os pressupostos legais, atribuindo uma nova graduação, para mais ou menos à incapacidade antes declarada*”. Daí que aquela entidade conclua que “*não existem razões para a Junta de Saúde ser colocada em xeque pelos pronunciamentos que tem emitido (e muito menos pelo emitido no caso concreto do colega Dr. Henrique Vera Cruz), pronunciamentos esses que se têm pautado pelo rigor e profissionalismo exigidos*” (ver texto).

### CASO DA TÉCNICA-ANESTESISTA

Embora o seu nome não tenha sido mencionado, a técnica-anestesista Maria Lucília Ferreira foi uma das visadas no

artigo em causa de **A Semana** e procurou este jornal para esclarecer a sua situação. Antes de mais, a enfermeira de 66 anos sublinha que “*não foi aposentada por invalidez mas sim por ter atingido o limite de idade*”.

Actualmente está a chefiar a área da anestesia no HAN por não haver nenhum outro profissional cabo-verdiano com habilitações suficientes para o cargo. Recorda que depois de reformada, voltou para o hospital como voluntária, condição na qual trabalhou durante um ano e três meses, a pedido do ministro da Saúde da altura, Dario Dantas dos Reis.

Segundo Maria Lucília Ferreira, ela nunca quis ter um vínculo com o HAN porquanto o seu desejo era apenas fazer voluntariado sem qualquer tipo de obrigações contratuais. Mas só depois desse ano e três meses é que a directora do HAN,

Arcelinda Barreto, apelou a que ficasse no hospital e insistiu que assinasse um contrato para garantir que não abandonaria o cargo, opção que podia tomar no caso de ser apenas voluntária. A enfermeira também continua a “dar horas” no Corpo da Paz, mas “*sem nenhuma regalia social*”, reitera.

As reformas que a técnica-anestesista recebe actualmente provêm dos 15 anos que trabalhou em Moçambique, durante o período colonial, numa aposentadoria que é da responsabilidade de Portugal. Outra é uma pensão complementar que o governo cabo-verdiano decidiu atribuir, em 1996, a funcionários que tinham sido contratados mas que nunca descontaram porque na altura não existia essa lei. A terceira aposentadoria é do tempo em que trabalhou exclusivamente para o PNUD. Maria Lucília Ferreira cessou actividade em 2002.

Catarina Abreu

## DIREITO DE RESPOSTA

# JUNTA MÉDICA EXPLICA-SE

Ex. Sra.

Directora do Jornal “A Semana”

**Assunto:** Resposta ao artigo “Junta de Saúde em xeque”, publicado a 1 de Junho de 2007, ano XVI, nº 805

Visando a reposição da verdade em relação ao artigo supra referido e no uso do direito de resposta, solicitamos a V. Exa. a publicação, com igual destaque dado à notícia, dos esclarecimentos que se seguem.

A Junta de Saúde, como resulta da lei, funciona, em regra, com três médicos que analisam, discutem e dão parecer sobre evacuações, justificação de faltas (quando superiores a 30 dias) e fixação de grau de incapacidade para o trabalho.

No que concerne às evacuações, os critérios estão devidamente definidos na lei. Ou seja, desde que o colectivo de médicos do serviço de saúde proponente afirme e prove estarem esgotados todos os recursos locais de tratamento e que a evacuação é benéfica para o doente, a Junta de Saúde, apreciando o processo, opina em conformidade.

No que respeita à justificação de faltas, a Junta opina com base em relatório circunstanciado elaborado pelo médico assistente e em atestados por ele fornecidos ao doente durante o período de convalescença. Em caso de dúvida, a Junta de Saúde solicita parecer a um especialista ou especialistas da área

relacionada com o caso, antes de se pronunciar sobre este.

Os processos de fixação de incapacidade parcial ou total são especificamente encaminhados a junta pela entidade empregadora, instruídos com um relatório exaustivo elaborado pelo médico assistente, solicitando a fixação do grau de incapacidade ou desvinculação do paciente por motivo de doença.

Durante a sessão, discute-se com o doente todos os aspectos subjectivos e as consequências da aposentação (estado actual, profissão, anos de serviço, repercussão psicológica entre outros) podendo, em função da apreciação que, na globalidade, faça do caso, opinar em sentido contrário à proposta do médico assistente.

Terminada a sessão, o doente é encaminhado à secretaria do hospital onde lhe é dado a conhecer o parecer emitido pela Junta de Saúde sobre o seu caso, podendo, caso o queira, reclamar dele de imediato.

No caso concreto do colega Dr. Henrique Vera Cruz, a evolução sofrida pela patologia de que o mesmo padece (já referida no vosso jornal), após tratamento cirúrgico, sem o sucesso esperado, era motivo bastante para o declarar incapacitado para continuar a exercer a sua actividade profissional actual, no caso, a de cirurgião, tal como, aliás, solicitado pelo seu médico assistente. E foi o que a Junta de Saúde fez, em coerência com tal entendimento.

As incapacidades para o trabalho podem, como é sabido, ser ou não reversíveis, admitindo a lei, quando o sejam, a possibilidade de, através de um novo pronunciamento, a Junta de Saúde rever o parecer anterior, observados os pressupostos legais, atribuindo uma nova graduação, para mais ou menos à incapacidade antes declarada.

Por tudo isso, é entendimento nosso que, contrariamente, ao afirmado pelo vosso jornal, não existem razões para a Junta de Saúde ser colocada em xeque pelos pronunciamentos que tem emitido (e muito menos pelo emitido no caso concreto do colega Dr. Henrique Vera – Cruz), pronunciamentos esses que se tem pautado pelo rigor e profissionalismo exigidos.

Condescenda-se, entretanto, que, não obstante todo o cuidado posto pela Junta de Saúde na apreciação dos casos que lhe são submetidos, poderão ocorrer situações de fraude que a ultrapassem, o que, alias, como é, evidente, não constitui um exclusivo dos processos da sua competência.

Sem mais de momento, queira aceitar, Sra. Directora, os nossos respeitosos cumprimentos.

**Dra Mecildes Costa**

Presidente da Junta de Saúde de Sotavento

**Dra Irenita Soares/Vogal**

**Dr Carlos Brito/Vogal**

# PRIMÁRIAS EM SÃO FILIPE



## Cúpula do PAICV rejeita criar comissão paritária

A Comissão Política Nacional do PAICV rejeitou a proposta da candidatura de Luís Pires para se criar uma Comissão Paritária para as Eleições Primárias em S.Filipe e deliberou que cabe à Comissão Sectorial de Controle e Revisão a tarefa de conduzir e fiscalizar o processo todo. O grupo de Apoio a Pires já fez saber, através de um comunicado remetido esta semana ao secretário-geral da formação tamarina, Mário Matos, que discorda e responsabiliza os órgãos do partido por todas as consequências negativas que possam resultar de tal decisão.

O estado de ânimo entre as duas candidaturas às primárias em S.Filipe voltou a aquecer esta semana. Tudo por causa da decisão saída da reunião, em 30 de Maio, da Comissão Política Nacional do PAICV, que homologou o calendário para se realizar as primárias no dia 8 de Julho e incumbiu à Comissão Sectorial de Controle e Revisão a tarefa de organizar e conduzir todo o processo. A medida deita por terra a proposta de Luís Pires, que defendia a criação de uma Comissão Paritária para promover e fiscalizar o citado acto eleitoral.

Esta orientação da CPN foi, por

intermédio do secretário-geral do PAICV, remetida, no dia 2 deste mês, à direcção do Sector de S.Filipe, com cópia para Eugénio Veiga e Luís Pires. “A CPN reafirma o princípio de que o processo das eleições primárias deve realizar-se no estrito respeito pelo estatuto vigente e pelo Regulamento da Escolha dos Candidatos do Partido às Eleições primárias aprovado pelo Conselho Nacional em Fevereiro de 2003, cabendo à Comissão Sectorial de Jurisdição e Fiscalização as competências de organização e fiscalização das eleições, superiormente orientadas pela Comissão Nacional de Jurisdição e Fiscalização que, juntamente com a Comissão Política Nacional, resolverão as dúvidas e omissões em razão da matéria”.

O mesmo órgão central estipula que o recenseamento dos militantes para efeito de elaboração dos cadernos eleitorais - que indicam os membros do partido com capacidade eleitoral activa - deve seguir o disposto nos estatutos e não pode ser confundido com o processo de recrutamento de novos membros. “O princípio da fiscalização do processo

eleitoral pelas candidaturas em presença aplica-se a todos os níveis, reforçando-se assim a democraticidade do processo e assegurando uma ampla participação das candidaturas, em nome de transparência, rigor, isenção e igualdade de tratamento das mesmas. Cabe às candidaturas empenhar-se para assegurar a materialização desse princípio”, lê-se no documento.

Essa orientação que constano comunicado a que este jornal teve acesso, sublinha ainda que as primárias em S.Filipe deverão contribuir para que o PAICV venha a ganhar as autárquicas de 2008.

A candidatura de Luís Pires, através de uma comissão de apoio constituída por Ubaldo Lopes, Maria Antónia Garcia e Luís Nunes, responsabiliza, através de um comunicado remetido no passado dia 5 ao secretário-geral do PAICV, os órgãos centrais do partido pelas consequências que possam surgir, na sequência da rejeição da proposta para a criação de uma Comissão Paritária para as Eleições Primárias naquele concelho do Fogo. “A Comissão de Apoio à Candidatura de Luís Pires às eleições primárias espera que, no

mínimo, os boletins de recenseamento de membros entregues fora do prazo pela candidatura adversária sejam impugnados e que aqueles que são membros do sector possam, nessa qualidade, participar, de alguma forma, em todas as fases deste processo que, sinceramente, não compreendemos como será conduzido para, no final, estarmos em condições de dizer que houve transparência, rigor, isenção e igualdade de tratamento. Responsabilizamos o partido por todas as consequências nefastas resultantes deste processo que, quanto a nós, está sendo mal conduzido”.

Os subscritores do documento reafirmam que o objectivo principal da candidatura de Pires é o de romper com um certo “status quo” reinante no concelho e provocar mudanças a nível da administração autárquica. “Em situações normais vamos até ao fim e vamos ganhar. Em situações anormais vamos até ao fim último, se for preciso, e vamos também ganhar”, desafia os apoiantes de Luís Pires, na carta remetida, esta semana, ao secretário-geral do PAICV, Mário Matos.

Alírio Dias de Pina

## MpD pensa em Adolfo Rodrigues para autárquicas em São Filipe

Adolfo José Rodrigues, professor liceal e dirigente nacional do MpD, é tido como o provável candidato desse partido para as autárquicas de 2008 em São Filipe. Uma outra possibilidade é o seu colega Fausto do Rosário, que acaba de ser eleito coordenador dos ventoinhas naquele concelho da ilha do Fogo.

A candidatura de Adolfo Rodrigues não é ainda certa, uma vez que parecem existir alguns constrangimentos por parte do visado. Conforme o próprio confessou ao **A Semana** nem a visita que o presidente do MpD, Jorge Santos, realizou no último fim-de-semana à ilha do Fogo, contribuiu para que Rodrigues assumisse clara e publicamente a sua

disponibilidade para se candidatar à CMSF.

Segundo Adolfo Rodrigues, o MpD está a preparar o processo de candidatura com bastante cautela, tendo em conta a dimensão do concelho, o nível do desenvolvimento do Fogo. Quanto à sua disponibilidade, ele confessou ao **A Semana** que há factores que dificultam a sua disponibilidade, mas estes que podem ser ultrapassados.

Rodrigues diz que o grande objectivo do MpD e dos sanfilipenses é ganhar a CMSF. Esse dirigente diz acreditar que o seu partido iria não só trazer uma nova dinâmica a nível cultural social e do desenvolvimento do Fogo, como também, e sobretudo, iria resgatar o

orgulho do povo desta terra.

Para este provável candidato, nenhum dos potenciais candidatos do PAICV, em São Filipe, apresenta neste momento condições para dar uma nova e necessária dinâmica ao concelho e à ilha, afirmando categoricamente que Luís Pires e Eugénio Veiga são os grandes promotores, pela negativa, do fraco ritmo de desenvolvimento em que o Fogo se encontra.

Entretanto, a curta visita de Jorge Santos ao Fogo serviu também para o MpD eleger o professor Fausto Amarílio do Rosário como seu coordenador concelhio, ou seja, a segunda aposta do MpD em São Filipe para as autárquicas de 2008. Nicolau Centeio

# ATINGIR A META É FUNDAMENTAL



ANTÓNIO NEVES

“**Ao deixarem-se levar pela ansiedade e impaciência, os maratonistas (é bom que isso não se aplique à modalidade de “corrida de saco”) dão o arranque prematuro, passam por cima das recomendações e dos métodos pré-estabelecidos sem queimar as etapas, deitam tudo a perder, inviabilizando, irremediavelmente, as suas hipóteses de alcançar a meta vitoriosamente.**”

A utilização de linguagem desportiva no meio político é hoje um lugar comum, e para um povo como o nosso, cuja maioria vive as suas emoções, por ser agradável e de fácil compreensão, o desporto constitui matéria para um vasto número de comparações, sendo a disciplina das maratonas a que tem sido mais utilizada entre nós. Da minha parte, e perante a nossa pequena dimensão, a meia-maratona já me satisfaz. Mas o que importa aqui reiterar, porque é ponto assente, é que os maratonistas não devem, em caso algum, por desespero ou ansiedade, dar início ao sprint nem antes nem depois do tempo próprio, sob pena de ficarem sujeitos a experimentar um dos resultados seguintes: correr o risco de desistir da competição, devido ao cansaço excessivo, e ficarem desclassificados, ou chegar à meta em primeiro lugar, ganhando o desafio com uma “perna às costas”. Só que esta, que é a condição ideal, quase nunca acontece nessas situações!

Entretanto, apesar de não se poder dizer que os atletas desatam, sem mais nem menos, a correr por aí desenfreadamente, certas ocorrências mostram que tal tipo de actuação acontece, com frequência, aos principiantes inexperientes e com pouca rodagem, especialmente quando ainda não têm nem estofo nem estatura de sprinter. Ao deixarem-se levar pela ansiedade e impaciência, os maratonistas (é bom que isso não se aplique à modalidade de “corrida de saco”) dão o arranque prematuro, passam por cima das recomendações e dos métodos pré-estabelecidos sem queimar as etapas, deitam tudo a perder, inviabilizando, irremediavelmente, as suas hipóteses de alcançar a meta vitoriosamente.

É compreensível, por outro lado, que tratando-se de uma terra onde se tem o arraigado hábito de deixar tudo para a última hora (quando não é para o último minuto!), nunca é demais estar-se atento a fim de se iniciar as jornadas mesmo antes da “meia-noite”, como forma de se precaver contra eventuais acidentes de percurso, que acontecem com muita frequência, para que se possa amanhecer na “selada” ao nascer do sol. Neste raciocínio, próprio dos astutos, mas de certo modo aceitável, pretende-se, simplesmente, demonstrar que ninguém, nem mesmo os melhores, estão livres de serem apanhados por imprevistos. De facto, é bom estar-se sempre precavido contra a hipótese de uma das “alimárias”, que transporta a comitiva, fracturar a pata, ou para o caso de a carroça sofrer uma avaria grossa. Assim, ao “meter-se o pé” muito cedo na estrada, poder-se-á dispor de uma margem de tempo extra para “soldar” o eixo da roda, ou substituir o animal de estimação, evitando-lhe sofrimentos desnecessários.

Mas deixemos as considerações sobre o preparo das maratonas e os eventuais azares com alimárias e carroças, porque isto não passa de uma espécie de meia-ficção (à laia de “mais vale prevenir do que remediar”!), e concentremos nas eleições autárquicas de 2008 que são, no essencial, o tema principal deste

artigo, um jogo que, segundo consta, já está bem visível no “tabuleiro”.

Se, entretanto, fizermos fé nas constatações do tabuleiro, temos de convir que, salvo um ou outro caso de suspense criado com o firme propósito de encarecer o preço dos peixes já cotados na lota, de mistura com um pouco de bluff para encobrir alguma incapacidade de recrutamento, particularmente na Praia, onde enfrentar Filú vai ser uma tarefa extremamente árdua (depois dele ter contribuído, em tempo recorde, para a tão sonhada valorização da nossa capital), por estas horas o jogo já deveria estar na fase de desconto da primeira parte! Excluindo os casos em que militantes de certas regiões vão ter ainda que eleger candidatos, primariamente, entre várias ofertas (na minha opinião, é a democracia partidária a funcionar na sua máxima força), pode-se aceitar que, no que concerne a indicação ou eleição de cabeças-de-lista, está praticamente tudo definido.

É provável, todavia, que até se chegar ao momento da oficialização das listas, tanto para as Câmaras como para as Assembleias Municipais, muita coisa possa ainda acontecer, e alguma reviravolta traga à tona antigas novidades de “escolhas” anteriores já com características de reservas perdedoras, que ainda assim parecem ter ficado resguardados na manga para altura mais oportuna, ou após ter-se esgotado os trunfos.

Não obstante todo o optimismo patenteado pela *task force* do MpD (da UCID e dos restantes pequenos partidos aguarda-se notícia com ansiedade), que à medida que confere posses vai espalhando por todos os cantos, e com muita desenvoltura, que pretende ganhar todas as Câmaras nas próximas eleições autárquicas (não é isso que todos os partidos dizem?), tendo já indicado cabeças-de-lista para a maioria, se não para a totalidade, dos Municípios, os ventoinhas deixam transparecer uma certa fragilidade em relação a Concelhos estratégicos, para os quais ainda continuam na fase de consultas, à procura de cabeças-de-lista, como é o caso da Praia.

Não restam dúvidas, o meritório trabalho que o Presidente da CMP tem vindo a desenvolver em prol da cidade capital do país, faz dele, pelo menos para as próximas eleições municipais, um candidato extremamente forte e, segundo alguns, imbatível. E os ventoinhas, que são inteligentes, não têm como desconhecer essa realidade, da qual o eleitorado da Praia também tem a consciência, nua e crua. Nessa óptica, a meu ver poderá ser contraproducente, e até mesmo desaconselhável, fazer-se tanto alarido à volta de eventuais vitórias que constituem ainda uma incógnita, em particular, quando o candidato que concorre à sua própria sucessão já deu sobejas provas, em duas eleições sucessivas, da sua capacidade de luta política.

Não é por acaso que Felisberto Vieira tem sido alvo de fogo cruzado da parte dos seus opositores políticos. Sabendo

que não será fácil vencê-lo nas urnas (há quem diga que a oposição não conseguiu, até esta, recrutar um candidato com o nível político de Filú para a Praia), então nada melhor do que enveredar-se por atalhos mais simples: tentar enfraquecê-lo pelo desgaste e pela desmoralização, como se isso fosse possível! Mas, repito, conhecendo o homem como conhecem, sabem que essa tática, além de ser extremamente frouxa, é capaz até de servir para fortalecer ainda mais um político da estatura do Presidente da CMP. E só assim se entende que, tendo já indicado cabeças-de-lista para tudo quanto é lado, o MpD continue com sérias dificuldades em apontar um nome para enfrentar o autarca da Praia.

Todavia, estou certo que para convencer o eleitorado da capital a atribuir-lhe mais um mandato, a fim de continuar a desenvolver a obra em curso (uma vez atingida a velocidade de cruzeiro, a obra já não pode sofrer paragens nem recuos!), Felisberto Vieira tem ainda à sua frente cerca de dez meses para mostrar, cada vez mais, o que vale e tornar irreversível as suas chances de ser reeleito para mais um mandato em 2008.

Por outro lado, a indefinição do MpD em relação aos municípios de S. Catarina e S. Filipe na ilha do Fogo, é também visível, e as razões parecem não ser diferentes daquelas respeitantes à Praia, ou seja, há dúvidas quanto a um candidato forte e capaz de enfrentar os tambarinas que estão na corrida para aqueles dois Concelhos. O PAICV está recheado de pretendentes a cabeça-de-lista, com três boas hipóteses (com duas já posicionadas) de escolha para uma luta que se desenha extremamente renhida. E tudo indica que há tambarinas que veriam com bons olhos uma renovação, com sangue novo a sair das primárias - um aspecto da dinâmica interna e que legítima, grandemente, a posição do candidato escolhido -, que ficará em condições de entrar pela porta-da-frente da disputa, vencer e dar continuidade ao desenvolvimento que a ilha do Fogo, no seu todo, tem vindo a experimentar desde a instituição do municipalismo em Cabo Verde.

Tudo faz crer que, quando o MpD indicou o seu candidato para o município dos Mosteiros - Fogo (feito nos EUA em primeira-mão!), não fez o mesmo em relação aos dois restantes Concelhos devido, precisamente, à falta de gente com veia ganhadora. Mas como nem durante os longos anos de governo de Carlos Veiga, que foi quem deu arranque às primeiras eleições para o Poder Local, os ventoinhas conseguiram eleger presidente de Câmaras para a ilha do vulcão, é compreensível as suas cautelas ventoinhas. Seria, de facto, muito mau gosto insistir na escolha de candidatos perdedores!

Até à primavera de 2008, altura em que as eleições terão lugar, temos ainda um longo caminho e várias análises a fazer. Por isso, conto voltar a este assunto com novos dados e à medida que se mostrar necessário.



## Bandeira vermelha nas praias da capital

Com o tempo a aquecer, a Cidade da Praia está sem espaços balneares na orla marítima. Gambôa, Quebra-Canela, Prainha, Praia Negra e a enseada à frente da ETAR, no Palmarejo, não devem ser frequentadas por banhistas. O alerta é da Delegacia de Saúde da Praia, bem como da Capitania e da Direcção Geral do Ambiente, que dão conta da existência de “*coliformes fecais*” nas águas desses espaços em consequência de vazamentos de esgotos e outras práticas nada recomendáveis para a salvaguarda do ambiente.

Através de um comunicado de 31 de Maio a Delegacia da Saúde refere que análises feitas às águas das referidas praias detectaram nelas a existência de “*coliformes fecais*”, resultado não só de vazamentos de esgotos, como de descargas sistemáticas de águas negras na Praia Negra e pontualmente da ETAR, como também da utilização desses espaços como “*sentinas públicas*”. Resultado directo ou indirecto de tal um quadro ambiental, a DS diz estar a registar-se o “*aumento de casos de diarreia*”, alergias cutâneas etc. nos serviços de saúde desta cidade. Por conseguinte, a Delegacia aconselha as pessoas a evitarem as referidas praias por causa do perigo público que as mesmas representam neste momento, recomendando ainda a adopção, por todos, de medidas gerais de higiene.

A Delegacia de Saúde da Praia vai, entretanto, trabalhar em parceria com a Capitania dos Portos de Sotavento e em breve vai-se proceder à prática de colocar bandeiras para alertar os banhistas do estado das praias.

Falando para **A Semana** o capitão dos Portos de Sotavento, João de Deus de Carvalho, salienta que, diante dos alertas públicos, não cabe a essa entidade impedir com polícias as pessoas de frequentarem as praias em questão. “*Já informamos à população, através da comunicação social, do que está a passar, cabe a cada um decidir se vai ou não à praia. Da nossa parte a única coisa que vamos fazer é pôr bandeiras, no caso vermelhas, para alertar as pessoas das condições das praias*”.

A situação das praias desta cidade traz ao de cima o problema da preservação ambiental neste que é o principal centro urbano de Cabo Verde. Actualmente com mais de 130 mil habitantes, o saneamento é um dos problemas mais gritantes desta urbe. Conforme comenta um cidadão no **asesmanaonline**, César Schofield Cardoso, “*embora seja a ETAR o principal “vazador”, há rumores que o Hotel Praia-Mar também deita esgoto no mar. A fábrica de cerveja e refrigerantes, ex-Ceris, deita continuamente as suas águas residuais directamente no mar. Se acrescentarmos as cheias anuais, que cada vez mais tem um caudal de horror (pneus, latas e até animais mortos), é caso para se perguntar o que será das lindas praias de Prainha e Quebra-Canela?... A cidade é uma beleza!*”

*O projecto para a construção de uma marina na Baía da Murdeira, na ilha do Sal, foi “chumbado” pelo Governo. O dossier estava há pelo menos dois meses nas mãos da ministra do Ambiente e Agricultura, que decidiu, agora, inviabilizar esta infraestrutura, com base na avaliação “negativa” que a Direcção Geral do Ambiente fez do estudo de impacto ambiental apresentado pelos investidores. Já o complexo turístico Murdeira Beach Resort (Editur e Turim) foi homologado pela ministra, mas com medidas de correcção e reajuste.*

RESERVA VAI SER PRESERVA

# Marina na Murdeira

Madalena Neves mostrou um “*cartão vermelho*” à TURIM, sociedade de turismo e imobiliária, S.A, que já tinha recebido, através de uma Convenção de estabelecimento assinada com o Estado Cabo-verdiano (na época em que João Pereira e Silva era ministro da Economia), uma espécie de aval que facilitava a realização dos seus projectos na Murdeira. Esta convenção foi rubricada em 2005 e aprovada em Conselho de Ministros. No entanto, a ministra do Ambiente considerou, após avaliar o parecer que a DGA fez sobre o estudo de impacto ambiental, que a marina deve ser construída noutra local da ilha do Sal. Madalena Neves e os proprietários da Turim estão já a negociar a nova localização destes projectos, soube **A Semana**.

Quanto ao resort Murdeira Beach Resort, um projecto conjunto da Editur e Turim, Madalena Neves, baseando-se na Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) da DGA, decidiu que poderá ficar na Murdeira, mas com um recuo para 150 metros e não 80 metros como outros hotéis que estão a ser construídos na ilha. O Murdeira Beach Resort resultará de um investimento de 150 milhões de euros.

A Baía da Murdeira é considerada a única área protegida marinha numa ilha habitada de Cabo Verde, já que existem outras áreas perto dos ilhéus e de Santa Luzia. Foi criada pelo decreto-lei 3/2003, que estipula o Regime Jurídico das Áreas Protegidas. Na zona, que alberga espécies bio-marinhas endémicas e que recebe baleias em época de reprodução e tartarugas

em nidificação, vai ser criado um parque natural. Esse projecto, que compreende a conservação marinha e costeira da Baía, é executado pela WWF e financiado pelo Governo da Holanda, que poderia “*bloquear*” a verba caso a biodiversidade da Murdeira fosse posta em causa. Este poderá ter sido um dos motivos que levou Madalena Neves a “*reprovar*” estes investimentos na reserva.

O parque natural marinho da Murdeira pode ser também uma importante fonte de rendimento do país e da ilha do Sal, já que ali estão identificadas várias espécies com interesse económico, como o atum. É ainda um local onde podem ser promovidas actividades menos poluidoras, como o mergulho, o turismo ecológico ou a observação de tartarugas.

## Tartarugas em época de



Um casal de tartarugas da espécie *Caretta caretta* está a acasalar na Baía da Murdeira. Um elemento da equipa que está a fazer o segundo inventário dos ecossistemas e recursos marinhos desta reserva protegida captou as imagens do acasalamento, que **A Semana** publica. As fotos foram tiradas por Pedro Lopez no dia 4 de Junho dentro da baía da Murdeira.

Cabo Verde possui cinco das sete espécies de tartarugas marinhas que existem no mundo (seis delas estão ameaçadas de extinção). A *Caretta caretta*, que se pode ver nas fotografias, é a espécie que habitualmente se reproduz no arquipélago, especialmente nas ilhas da Boa Vista, Maio e Sal. As águas e praias nacionais são o segundo maior ponto de desova desta espécie de tartarugas no Atlântico Norte (Florida, no sul dos EUA, é o primeiro).

As *Caretta caretta* acasalam nesta altura do ano – entre finais de Maio e finais de Julho. Na Murdeira encontram as condições ideais para o acasalamento





ADA

## “chumbada”

Para além do que está estipulado na lei, que obriga a realização de AIA antes de ser dada a concessão, pelo Ministério da Economia, para a criação de uma infra-estrutura, a ministra do Ambiente e Agricultura já tinha encomendado à WWF e ao Instituto Canário de Ciências Marinhas uma avaliação dos ecossistemas e recursos marinhos na Baía da Murdeira. Esse estudo concluiu que a Murdeira é um dos dez *hotspots* de recifes de corais que se encontram distribuídos por todo o mundo, possuindo um fundo recoberto de “pavimentos” coralinos formado por espécies que se encontram no Caribe ou Brasil. É ainda uma área com elevada biodiversidade, com um alto interesse científico e uma zona de reprodução e berçário para várias espécies.

Este “chumbo” à marina e as alterações no projecto do resort na Murdeira não significam, porém, que não possam ser criadas outras infra-estruturas no local, já que esta é uma reserva natural parcial. O número 3 do artigo 4º do Decreto-Lei n.º 3/2003, de 24 de Fevereiro que estabelece o Regime Jurídico das áreas protegidas estipula que no âmbito territorial de uma reserva natural parcial (caso da Murdeira) são permitidos os usos compatíveis com a finalidade de protecção marinha e aérea, sendo, em todo o caso, excluídos novos assentamentos humanos. Relativamente ao regime geral de protecção instituído pelo artigo 13º, estipula-se a proibição da alteração voluntária dos valores naturais que justificaram a criação de uma área protegida na sua respectiva categoria.

## acassalamento

porque as águas são pouco profundas e calmas, conta Katya Neves, do Projecto de Conservação Marinha e Costeira do Sal. Mas em todas as pequenas praias do Sal há desovas, período reprodutivo que inicia em finais de Junho e vai até Setembro.

As cinco espécies de tartarugas que podem ser encontradas em Cabo Verde constam da Lista Vermelha, que significa que estão em perigo de extinção, e as principais ameaças que enfrentam são a captura para consumo da carne e ovos, a destruição de habitat e capturas acidentais em redes de pesca, entre outros.

O decreto-lei 7/2002 proíbe entre outros, a captura, detenção e abate intencionais de tartarugas. Proíbe ainda a deterioração ou destruição dos seus habitats e o comércio e consumo da carne, ovos e carapaça.

As tartarugas são espécies que existem há mais de 150 milhões de anos e de cada mil que nascem apenas uma consegue chegar à idade adulta. São importantes para o ambiente marinho e o seu desapa-

recimento pode provocar um desequilíbrio no ecossistema e, conseqüentemente, afectar a qualidade de vida do ser humano, explica Katya Neves.

Cada cidadão pode contribuir para a protecção da espécie, diz a responsável do PCMCS, não comprando ou comendo carne e ovos de tartaruga, desincentivando assim a captura. Deve ainda não apanhar as crias para as lançar depois ao mar (as chances de sobrevivência são extremamente reduzidas) e evitar circular com viaturas ou motos de areia nas praias.

Actualmente está a ser feito o segundo inventário dos ecossistemas e recursos marinhos da baía de Murdeira, que servirá de base para a elaboração do futuro plano de seguimento da reserva protegida. Este estudo encomendado pela Direcção-Geral do Ambiente, no âmbito do PCMC, e está a ser realizado por técnicos (biólogos marinhos) do Instituto Canário de Ciências Marinhas (ICCM), INDP, ISECMAR e Natura 2000.

RVS

## Boa Vista com problemas graves de Ambiente

Os moradores da Boa Vista estão a reclamar do descaso que se vem verificando na ilha quanto aos restos de obras de construção civil e o lixo despejado nas ribeiras. O vereador do Ambiente, Osvaldo Pires, admite a existência de constrangimentos e promete para o dia 15 do corrente a apresentação de um projecto intitulado “Boa Limpa”, financiado pelas Canárias, que aposta na sensibilização dos boavistenses e melhoria do saneamento da ilha.

É com várias fotos de restos de obras e materiais utilizados na construção civil que moradores da Boa Vista ilustram as suas preocupações para com o ambiente na ilha. Mas a situação não se resume às obras, conforme fazem questão de frisar. “Encontramos algumas ribeiras e encostas de pequenas povoações cheias de lixo e que passam uma péssima imagem de uma ilha com grandes potencialidades e que elegeu o turismo como alavanca do seu desenvolvimento. O pior é que a fiscalização é inexistente”, afirmam.

O vereador pelo pelouro do Ambiente, Osvaldo Pires, garante que, normalmente, no final de uma obra, o empreiteiro é obrigado a limpar toda a região onde esteve a trabalhar. No caso da Praia Cabral, diz, foi autorizada a colocação de materiais pertencentes à empresa CVC, para posteriormente serem deslocados para a Praia de Chaves. “A autorização foi passada pela autoridade marítima para que se pudesse desobstruir o porto de Sal Rei. Mas esse material já está a ser transferido para o local da obra, Praia de Chaves”.

Osvaldo Pires admite que, de facto, a Câmara Municipal debate-se com problemas de pessoas que, ao concluírem as obras, não retiram os restos da construção. Quanto às ribeiras, o autarca reconhece que há uma situação complexa pelos lados da antiga lixeira, numa zona de nome Trás de Rochinha porque, não obstante este lugar se encontrar desactivado, as pessoas, comerciantes e outros, ainda o utilizam para despejar o seu lixo. O problema é que a CMB não possui fiscais em número suficiente para vigiar o local.

Estas são duas das situações contempladas pelo projecto “Boa Limpa”, financiado pela cooperação das Canárias em cerca de 40 mil euros e que é apresentado publicamente no próximo dia 15. O projecto, que está a cargo da Câmara, prevê a limpeza e a sensibilização das pessoas para o saneamento do meio.

Para a delegada do Ministério da Agricultura e Ambiente da Boa Vista, Adelina Morais, parte dos problemas ambientais da ilha das dunas resulta de alguma indefinição sobre quem responde, efectivamente, pela fiscalização. Com isso, afirma Morais, fica uma troca de bolas entre as direcções-gerais do Ambiente, Marinha e Portos e Câmara Municipal, que em nada beneficia Boa Vista. “Acho que é preciso clarificar quem faz o quê para evitar que a situação chegue ao estado actual, que é gravíssimo”, assegura.

Posição contrária tem Vera Figueiredo, que falou ao **A Semana** em nome da Secretária do Estado do Ambiente e Agricultura, para quem a lei é clara, a DGMP fiscaliza a orla marítima, enquanto a Câmara Municipal, que passa as licenças, controla as obras.

### Rede de jornalistas para o Ambiente

Enquanto isso, o MAA calendarizou uma série de actividades para marcar o Dia Mundial do Ambiente, entre os quais se destaca o lançamento da Rede de Jornalistas para o Ambiente. O MAA tem ainda prevista a apresentação dos trabalhos preliminares da 2ª Comunicação Sobre Mudanças Climáticas – a 1ª Comunicação foi apresentada em 2000.

Para 16 de Junho, Dia da Criança Africana, e em parceria com a Direcção-Geral dos Desportos, o MAA realiza uma parada na Avenida Cidade de Lisboa com crianças das Escolas do Ensino Básico Integrado. “Vamos fazer uma demonstração de reciclagem do lixo e divulgação de materiais feitos no âmbito do PANA II para o sector da Saúde. São disso exemplo, os desdobráveis elaborados para alertar sobre a ligação que existem entre as questões do saneamento, higiene e paludismo”, remata Vera Figueiredo, directora do gabinete do MAA.

Constância de Pina



## Cientes acusam advogados de calote

O empresário luso, Sebastião Ribeiro, pede à Ordem dos Advogados de Cabo Verde que intervenha na acção que move contra um dos associados da OACV, Felisberto Nunes Pinto, advogado com escritório na Praia, por causa de uma dívida de 350 mil escudos. Por motivo idêntico – contas, despesas e honorários e retenção de valores –, um outro cidadão português, Virgolino Lino da Silva, pretende requerer a intervenção da OACV. Estes são apenas dois exemplos de possível má conduta de profissionais de uma classe a que se exige, antes de mais, honestidade. O bastonário Arnaldo Silva admite que todos os casos denunciados à OACV são remetidos ao Conselho de Disciplina e Deontologia para efeito de instrução de processo e posterior decisão. Isto não impede ainda que os clientes lesados exijam responsabilidade civil ao causídico que os tenha prejudicado.

Por: CONSTÂÇA DE PINA \*

# OACV admite um ou ou

Ao **A Semana**, Sebastião Ribeiro contou que procurou o advogado Felisberto Nunes Pinto para uma consulta, que lhe custou 3 mil escudos. Entretanto, no decorrer da conversa, Ribeiro comentou que estava à procura de comprador para um compressor. O advogado, de imediato, prontificou-se a comprar o gerador pelo valor de 200 mil escudos. *"Ficou combinado que se o caso que eu tinha pendente fosse a tribunal, no final do processo faríamos um ajuste de contas. No entanto, resolvi o contencioso de forma amigável e, de imediato, comuniquei o acordo entre as partes ao meu advogado"*.

Isso aconteceu em Junho de 2006 e, segundo aquela fonte, nunca mais Felisberto Nunes Pinto disse nada sobre o pagamento do gerador. E tal foi o espanto de Ribeiro quando, a 06 de Outubro desse mesmo ano, uma sexta-feira, o advogado lhe telefona, *"com aflição"*, solicitando um empréstimo de 150 mil escudos, alegando que tinha pendente no seu banco uma transferência que só seria desbloqueada na segunda-feira, data em que se comprometia a devolver a totalidade da dívida. *"Como as relações entre nós tinham sido até essa data as mais cordiais, não desconfiei da burla. Hoje a dívida deste jurista é de 350 mil escudos e já tentei cobrá-la de todas as formas, sem resultado"*, indica este empresário que, falhadas todas as tentativas *"normais"*, decidiu pedir a intervenção da OACV.

O mais caricato, no entender do en-

trevistado de **A Semana**, é que Nunes Pinto assumiu a dívida e, inclusive, por diversas vezes se comprometeu a resolver a situação. Só que no último minuto, apresenta *"umas desculpas pouco convincentes"* para retardar o pagamento. *"Foi perante sucessivas faltas de compromissos assumidos, não atendimento, nem resposta aos telefonemas, mensagens de telemóvel e e-mails, várias marcações de encontros, sem comparência e cinco visitas ao seu bar – sito em São Jorge, junto da barragem de Poilão –, infrutíferas que venho solicitar a V.Exa os bons ofícios desta Ordem, na possibilidade de resolução desta questão para que não seja posta em casa o bom-nome de uma classe que deve estar ao serviço da defesa dos interesses dos cidadãos"*, lê-se na carta enviada por Ribeiro, com conhe-

cimento de Nunes Pinto, à OACV.

Em resposta ao pedido, datado de 28-2-07, o Conselho de Deontologia e Disciplina considera que a situação é do foro judicial. Ou seja, cabe ao cliente exigir responsabilidade civil do advogado que o tenha representado. E foi esta resposta da OACV que fez Ribeiro falar deste dossier ao **A Semana** *"para envergonhar o advogado perante os seus pares"*. Também não descarta a hipótese de recorrer ao tribunal.

Para esta reportagem, este semanário foi tentar ouvir o contraditório por parte de Felisberto Nunes Pinto para saber qual é a sua posição face às acusações de Sebastião Ribeiro. Depois de muito procurar, no dia em que conseguimos falar com Nunes Pinto, este recusou-se a prestar quaisquer declarações e avisou: *"Se A Semana tentar beliscar o meu nome vamos*

*ver-nos em tribunal"*. Disse ainda que o problema que tem com Sebastião Ribeiro é para ser resolvido judicialmente e não nos jornais, já que *"A Semana não é nenhum tribunal"*.

### Retenção de valores

Parecido é também o contencioso que envolve os advogados Virgolino Lino da Silva (Portugal) e Agnelo Tavares (Cabo Verde). Conforme o esboço de uma carta que pretende enviar à OACV, Lino da Silva conta que solicitou a intervenção profissional de Tavares, com vista a dar solução a um problema com a Turim – Sociedade Turística e Imobiliária relacionado com a compra de um apartamento, na ilha do Sal.

*"Lino Silva pediu ao advogado para acertar a compra de uma casa no Empreendimento Turístico Murdeira (Santa*

## Ética e deontologia da profissão de advogado

A dignidade é uma das bandeiras da Ordem dos Advogados e está-se a fazer tudo para que isso seja cada vez mais reforçado e reconhecido pela sociedade cabo-verdiana. Este é o entendimento do bastonário Arnaldo Silva, para quem só assim a advocacia será um dos actos mais nobres da cidadania. E para mostrar que a OACV não está de olhos fechados em relação aos casos que brigam com a ética e a deontologia da profissão, vai ter lugar hoje e amanhã, na Praia, uma conferência internacional sobre este tema.

Estarão presentes nesta conferência o bastonário

Rogério Alves, presidente em exercício da União dos Advogados de Língua Portuguesa (UALP), o bastonário da Guiné-Bissau, Armando Mango e ainda os seus pares de Angola, São Tomé e Príncipe e possivelmente Moçambique. Em representação da Concórdia, estarão ainda em Cabo Verde o bastonário Castro Caldas, Cancela de Abreu, e talvez alguém ligado à justiça de Macau.

A OACV mostra-se também activa, afirma Arnaldo Silva, através do seu site e da inauguração recente da sua biblioteca, estando a preparar neste momento novos regulamentos.





# Outro caso menos digno

Maria). A empresa atrasou-se na entrega do apartamento e o advogado accionou uma cláusula de indemnização, que foi paga. Mas infelizmente o advogado não repassou o valor ao seu cliente, na qualidade de comprador da casa. O cúmulo é que o advogado ainda recebeu os seus honorários e agora está a exigir mais 6% do valor global do apartamento”, garante uma fonte próxima de Lino da Silva.

O advogado da Turim – Sociedade Turística e Imobiliária, Amadeu Oliveira, apenas confirmou que, de facto, a empresa turístico-imobiliária pagou uma indemnização de pouco mais de 600 contos a um seu cliente, Lino da Silva, através do advogado deste, Agnelo Tavares. Oliveira recusando-se, no entanto, a avançar mais informações, alega que a sua representada cumpriu, isto é, tendo falhado a data da entrega da casa, pagou o montante correspondente à demora.

Já Agnelo Tavares apresenta outra versão para esta história. Segundo ele, Virgolino Lino da Silva é um causídico com mais de 30 anos de exercício e, portanto, conhece todos os meandros de um processo desta natureza, pelo que não lhe fica bem posar agora de vítima. “O Sr. Lino da Silva passou-me duas procurações para fazer dois mandatos. Fizemos todos os acertos, inclusive os meus honorários. Só que este foi para Portugal e, dias depois, telefonou-me a dizer que não concordava com os preços que eu tinha estabelecido. Mas isso já não é um problema meu porque fiz o meu trabalho dentro da legalidade

e cobrei honorários, inclusive um pouco abaixo da tabela em vigor. Por isso, quero que este senhor vá apresentar queixa ao tribunal e/ou à OACV para que eu possa me defender, o que não posso fazer agora por causa do sigilo profissional”.

Não obstante, Tavares adiantou alguns pormenores relacionados com este conflito entre si e o seu cliente. Conta que Lino da Silva regressou a Cabo Verde e, em conjunto, subscreveram um documento intitulado “Acerto de Contas”. “Ficou um saldo de 186 mil escudos e ficou acertado que eu faria o depósito no dia seguinte. Infelizmente fiquei sem empregada e pedi para este vir buscar o cheque em mãos, coisa que nunca fez. Também entendi que não era seu empregado e não me senti na obrigação de procurá-lo para lhe entregar o dinheiro. Se ele quiser, que vá ao meu escritório que lhe passo o cheque”.

Mas antes, explica Agnelo Tavares, Lino da Silva queria que o advogado cobrasse o dobro do valor pago pelo apartamento à Turim, mais de quatro mil contos, por causa do atraso na entrega da casa. Na qualidade de advogado, Tavares conta que mostrou ao seu cliente que isso não seria possível e que, inclusive, já tinha feito um pré-acordo com a empresa imobiliária que tinha aceite pagar ao cliente uma indemnização de cerca de 900 contos. “O Sr. Lino da Silva propôs-me que lhe enviasse os 900 contos pagos pela Turim para Portugal e, depois, faríamos o acerto

de contas. Recusei e retive o dinheiro para que, primeiro, pudesse pagar-me. Depois fizemos um acerto de contas, ele assinou o documento, e ficou um saldo de 186 contos que este senhor nunca veio buscar”, assegura Tavares que diz ter-se recusado a continuar a representar Virgolino Lino da Silva por ver este não é uma pessoa séria.

Para aquele advogado, há uma explicação para o descontentamento de Lino: ele, Tavares, não aceitou receber os honorários que o cliente lhe quis pagar. “Ele quis pagar-me de acordo com as suas conveniências. Só que eu recebi de acordo com as normas existentes em Cabo Verde, inclusive ainda fiz-lhe um abatimento de 10%. Mas acho que existe outro motivo por detrás de toda essa celeuma. A meu ver, existe um conjunto de advogados lusos que querem queimar juristas reconhecidos desta praça para poderem montar os seus escritórios aqui no país”.

Apesar da forma como Agnelo Tavares vê estes incidentes, que também podem ser considerados isolados – embora haja quem fala em muitos outros casos que continuam escamoteados, na maioria das vezes porque os clientes têm medo de denunciar os calotes ou outras falhas dos advogados –, de acordo com um advogado da praça, estes mancham o nome de toda uma classe. Exactamente por isso, este jurista defende que a Ordem deveria actuar, independentemente das queixas feitas ou não pelos lesados. “Onde é que está a OACV neste e noutros

casos que, de vez em quando, vêm a lume?”, questiona.

Já o presidente da OACV, Arnaldo Silva, prefere não falar em particular desses dois problemas entre esses advogados e os seus clientes. Mas sempre vai explicando que todos os casos denunciados à OACV pelos prejudicados são remetidos ao Conselho de Disciplina e Deontologia para efeitos de instrução de processo e posterior decisão da direcção. Entretanto, prossegue Silva, independentemente da acção disciplinar da OACV em relação aos advogados em causa, o cliente sempre pode exigir responsabilidade civil ao defensor que o tenha prejudicado na condução do seu caso.

Paralelamente, o presidente da OACV indica que “na proposta de regulamentação das sociedades de advogados que acabamos de submeter à aprovação do governo, introduzimos um artigo que obriga que os advogados ou as sociedades tenham um seguro de responsabilidade civil, para cobrir danos causados aos clientes pela actuação do seu advogado”.

Arnaldo Silva lembra, por outro lado, que a eventual existência de um ou outro caso não pode justificar a generalização, até porque na esmagadora maioria das situações, a relação entre o advogado e o cliente aqui em Cabo Verde é “muito boa”. “Posso garantir que os advogados cabo-verdianos são honestos, podendo existir um ou outro caso isolado de actos menos dignos”, remata o presidente da OACV.

\* Com Catarina Abreu

## ASSASSINATO DAS ITALIANAS NO SAL

O Ministério Público já produziu as acusações contra os três arguidos do caso das italianas assassinadas na ilha do Sal, em Fevereiro, e aguarda agora a reacção dos respectivos advogados para saber se o julgamento poderá ou não ter lugar em Julho. A defesa dos réus dispõe agora de um prazo de oito dias para reagir à interpretação dos factos pelo MP. Caso tenha um entendimento diferente, poderá solicitar uma audiência contraditória preliminar ao juiz de julgamento, na expectativa de mudar o teor das incriminações. E, caso haja recurso, é pouco provável que a audiência venha a acontecer no próximo mês, apesar desse cenário continuar em aberto.



## Sandro e Admilson acusados de duplo homicídio

Sobre Sandro do Rosário (foto) e Admilson, ambos sob prisão preventiva, pesam as principais responsabilidades do episódio macabro ocorrido no Sal, com base na acusação formulada pelo Ministério Público. Caso essa dedução venha a vingar, Sandro poderá responder por dois crimes de homicídio agravado, um homicídio na sua forma tentada – contra a jovem Agnese Paci –, roubo, danos, agressão sexual com penetração, e ainda o de ocultação de cadáver. Quanto a Admilson – Kitá – é responsabilizado pelos mesmos delitos do colega Sandro, à excepção dos crimes de danos e agressão sexual.

Quanto a Daniel, o terceiro arguido, que está a aguardar julgamento em liberdade, o Ministério Público considerou que não teve nenhuma intervenção directa no brutal assassinato de Dália Saiani, 33 anos, e de Giorgia Busato, 28, na zona de Fontona, no dia 8 de

Fevereiro. No entanto, não escapou a uma acusação de roubo, que pode estar relacionado com o desaparecimento do cartão multibanco da vítima Dália Saiani, ex-namorada de Sandro.

Entretanto, a defesa de Daniel discorda da acusação expressa pelo MP e garantiu que vai solicitar uma audiência contraditória preliminar ao juiz. Explica o jurista Raimundo Tavares que Daniel não participou nos homicídios e daí a dúvida sobre o seu cliente possa ser indiciado por roubo. “*Vou analisar a situação com o meu cliente pois, à primeira vista, essa acusação não tem fundamento*”, defende.

Abordado também sobre o assunto, Jaime Schofield, advogado de Sandro, evitou comentar a acusação do MP, apesar de admitir a gravidade das denúncias que pesam sobre o seu cliente. “*Ainda não posso dizer nada, porque ainda não falei com o meu cliente sobre o assunto. Ainda*

*há várias diligências que podem ser feitas mas, por enquanto, não posso adiantar se vamos ou não solicitar uma audiência preliminar*”, esclareceu Schofield, para quem é pouco provável que o julgamento venha a acontecer em Julho.

Esta data foi indicada pelo Procurador da República Vital Moeda, que gostaria de ver a audiência a ser realizada, se possível, a partir do dia 16 de Julho. Segundo o magistrado, o processo acusatório ficou pronto desde a semana passada e adianta que o documento é bastante extenso. Moeda prevê que o julgamento venha a desenrolar-se em três ou quatro dias e evitou dar mais pormenores sobre o caso, nomeadamente sobre a eventualidade do crime ter sido encomendado por narcotraficantes. “*Aquilo que posso dizer é que, na realidade, esse ângulo foi investigado*”, assegura.

Quase uma dezena de pessoas consta do rol de testemunhas do pro-

cesso, entre as quais se destacam os nomes de Agnese Paci, a jovem que conseguiu fugir, Giulio Saiani, pai de Dália Saiani, e João Baptista Silva, o condutor que encontrou Agnese Paci e a transportou no seu táxi para o hotel Dja d’Sal, nessa noite.

O assassinio das duas italianas é considerado o caso mais chocante ocorrido em Cabo Verde nos últimos anos, devido à forma hedionda como os actos foram praticados. Segundo o apurado, Saiani, Busato e Paci foram na companhia de Sandro e Kitá, dar uma volta, pelos lados de Fontona. Aquilo que parecia ser um passeio inocente mudou de figura e deu lugar a uma cena macabra: a morte por espancamento de Saiani e Busato e a ocultação dos corpos. E, como não existe crime perfeito, Agnese Paci conseguiu escapar e relatar o caso às autoridades policiais.

Kim-Zé Brito

## IGT e PJ investigam caso da mulher morta por produto tóxico no Sal

A Inspeção-Geral do Trabalho e a Polícia Judiciária estão a investigar os contornos da morte de Maria Paula Pinto, empregada de limpeza do Hotel Belo Horizonte, no Sal, que morreu na semana passada, alegadamente, depois de ter inalado um produto tóxico.

Ao que A Semana conseguiu apurar junto do médico que atendeu a vítima no hospital, António Meireles, o produto que provocou a morte de Maria Pinto foi “*Gavecol*”, que corresponde ao cloreto de hidrogénio, também conhecido por ácido clorídico. De acordo com o mesmo médico, Gavecol é “*um produto normal de limpeza*” importado pela firma Socol, de Portugal. Quando se lhe junta água, como todo o ácido, provoca uma reacção química perigosa para a saúde. Por isso, exige especial cuidado no seu manuseamento. Terá sido a exposição de Maria Paula Pinto ao referido tóxico que lhe causou a indisposição seguida, primeiro, de desmaio e, depois, a morte.

Na altura do sucedido, a direcção do hotel não quis prestar quaisquer declarações mas, entretanto, já enviou um direito de resposta a este jornal lamentando a morte da sua funcionária. A Administração da Sal Hotéis, que gere o Belo Horizonte, prontifica-se a “*assumir inteiramente todas as responsabilidades que legitimamente possam eventualmente ser-lhe imputadas, enquanto entidade empregadora*”. Na carta lê-se ainda que “*a administração do hotel seguiu muito de perto o desenrolar dos trabalhos do dia 30 de Maio, na sua preparação e execução, e mesmo depois do acidente, adoptando todas as medidas que pareceram úteis e pertinentes*”.

Esta posição contraria as declarações das funcionárias do hotel dadas ao A Semana: segundo elas, não lhes tinha sido dada qualquer formação para o manuseamento do produto, que utilizavam pela primeira vez. Apenas lhes foi dito que a substância removía manchas no chão e foram-lhes dadas

máscaras para se protegerem. Só que o reduzido número de máscaras fez com que umas usassem a protecção – aquelas que lidavam directamente com o produto – e outras não. Durante a aplicação, algumas das empregadas sentiram um pequeno mal-estar e pararam de o usar até ser chamado o director do hotel que as obrigou a continuarem o trabalho.

Maria Paula, segundo contou uma colega sua, foi a que esteve mais tempo em contacto com o produto. A dada altura, sentiu-se mal disposta, levantou-se, tirou a máscara e avisou as companheiras que ia desmaiar, caindo de imediato. Depois de algumas tentativas para a porem de pé, Aires, o homem que trouxe a substância, pegou-a ao colo e colocou-a num outro quarto. Chamaram, então, o director do hotel e cerca de uma hora depois chegou o médico, examinou a pulsação da vítima e ordenou que ela fosse imediatamente levada ao hospital. Maria Paula acabou por falecer logo à chegada ao hospital.

Uma criança morta, um pai preso e uma mãe desesperada. Nada fazia prever que uma história como esta tivesse como cenário um edifício da classe média-alta britânica, situado num dos pontos mais importantes de Londres, em frente ao Parlamento Britânico. E é esta história, da filha de uma cabo-verdiana, ao que tudo indica espancada praticamente até à morte pelo pai, que faz destaque esta semana na imprensa britânica, desde os tablóides até aos jornais mais sérios, como o The Guardian.



Alberto Izaga pai de Yarine Izaga

## Filha de cabo-verdiana morre na Inglaterra vítima de espancamento

Yarine Izaga, dois anos feitos em Fevereiro, não resistindo aos graves ferimentos que sofreu sobretudo na cabeça, foi declarada oficialmente morta na tarde de terça-feira. A criança, que teve morte cerebral diagnosticada assim que chegou ao hospital, na manhã de domingo, esteve ligada a máquinas desde então, sempre acompanhada pela mãe, Lígia Barbosa Vicente, uma cabo-verdiana natural da ilha de Fogo. Lígia emigrou, adolescente ainda, para os EUA e mais tarde para a Inglaterra, onde parecia viver uma história de fadas com o marido Alberto Yzaga, um espanhol jovem e bonito conforme atesta a foto que ilustra esta peça.

Segundo informações de diferentes jornais britânicos, dentre eles o Daily Mail e The Guardian, o principal suspeito pelos graves ferimentos, que levaram à morte da criança, é o próprio pai de Yarine. Sinal disto é que logo que os

agentes da Scotland Yard chegaram ao luxuoso apartamento junto ao rio Tamisa, alertada por uma chamada telefónica de vizinhos, Izaga, de 36 anos, foi preso com base no Mental Health Act (lei para crimes provocados na sequência de problemas mentais).

Aprisão de Izaga aconteceu nas primeiras horas de domingo, 03, quando os vizinhos, ao ouvirem os gritos e o choro da menina, chamaram a polícia para ver o que se estava a passar no apartamento em referência. Ao chegar ao local, Scotland Yard encontrou a pequena Yarine a sangrar pelos ouvidos e nariz.

Com a morte da criança, a situação de Alberto Izaga agravava-se, ganhando o caso novos contornos. Segundo o Jornal Daily Mail, Izaga, membro da direcção da empresa de seguros Swiss Re, pode enfrentar um processo por homicídio. Isto porque é o principal suspeito de “ter empurrado a criança contra o chão da sua casa

*e batido nela com tanta severidade que ela acabou por sofrer uma série de fracturas”.*

Segundo a Scotland Yard, citada pelo The Guardian, a autópsia foi feita por uma equipa especializada em abuso infantil e deverá trazer mais revelações sobre as causas desta morte a todos os títulos bárbara. Uma tragédia que deixa em estado de choque não só os familiares do casal mas também amigos e colegas de trabalho, já que aquela família era uma imagem de bem-estar e felicidade.

Sinal disto, refere uma amiga da família, é que há duas semanas o casal, juntamente com a filha Yarine, esteve em Alorta, terra natal de Izaga, próxima de Bilbao para um casamento. “Eles pareciam completamente felizes”, diz a mesma fonte. Contribuía para isto, além de Izaga ser tido como um homem dedicado à família, o facto dele ter sido recentemente promovido para membro executivo da direcção da Swiss Re, um a empresa gigante

no mundo dos seguros.

A **Semana** sabe que, na sequência da tragédia, familiares do casal viajaram até Londres para apoiarem a mãe neste momento de dor. A eles juntam-se muitos cabo-verdianos, através do **asemanaonline**. Várias foram as mensagens de condolências que esse site registou, entre elas de uma pessoa que assina como “*um pai cheio de tristeza no coração*”, destacando a consternação que é ler notícias do género. Há também um antigo colega de Lígia que, depois de ter perdido o rasto da amiga, lamenta tomar conhecimento dela através desta forma chocante. Orlando Barbosa, tio de Lígia, que conheceu Yzaga escreve que este drama é avassalador. “*Ninguém em seu estado normal comete uma loucura desta natureza. (...) Quem conhece, como eu, o Alberto tem a certeza que só um acto de loucura pode ter levado um homem que amava a sua família a praticar semelhante barbaridade*”.

# Polícia tira armas de fogo a criminosos

A Polícia Nacional apreendeu, na Cidade da Praia, várias armas de fogo que estavam em mãos criminosas, em diversos bairros. As apreensões aconteceram nos últimos dias durante operações desencadeadas nas áreas residenciais consideradas mais problemáticas da capital.

De acordo com Alberto Mendes, comandante da Esquadra da Achada Santo António, as armas eram utilizadas por criminosos em assaltos tanto a residências como na via pública. Diante de tais ocorrências aquele responsável adiantou a este semanário que a PN “vai reforçar as patrulhas a nível dos bairros e vai dar uma atenção especial à Terra Branca, onde se tem registado um crescimento significativo da criminalidade”.

A preocupação com a Terra Branca, segundo o responsável da PN, decorre do facto de nos últimos tempos estarem a verificar-se furtos a residências tanto à noite como à luz do dia. Os assaltos na via pública, na mira dos telemóveis, também têm aumentado naquela zona, refere Alberto Mendes. “Na Terra Branca foram encontrados muitos dos telemóveis roubados. Os mesmos foram entregues de imediato aos proprietários”, acrescentou.

Em relação ao aumento da criminalidade nos últimos dias, Alberto Mendes admite que

a redução do policiamento nos bairros durante o festival da Gambôa contribuiu, em grande parte, para a evolução da criminalidade. Em contrapartida, durante esse mesmo festival, a polícia também fez importantes detenções e apreensões quer de armas de fogo, com maior destaque para armas brancas, quer de drogas, neste caso, especialmente a “padjinha”.

A polícia está ainda preocupada e atenta, refere o comandante da Achada de Santo António, à questão da droga e falsificação de dinheiro, que também tem aumentado nos últimos tempos, “por causa dos imigrantes clandestinos provenientes da costa de África”.

## CRESCEM OS ASSALTOS NA TERRA BRANCA

Não muito longe da ASA, os moradores da Terra Branca queixam-se, também, da crescente onda de assaltos que se tem registado nos últimos tempos no bairro. Os assaltos ocorrem a qualquer hora do dia, como informou um residente. Segundo um outro morador que reside há 15 anos naquele bairro, “os furtos nas residências tendem a crescer, a cada dia que passa, e os ataques na via pública estão a tornar-se ‘normais’ porque ocorrem de forma silenciosa”.



Como conta uma outra vítima dos bandidos, “numa manhã de terça-feira fui trabalhar e quando regressei por volta do meio-dia meliantes tinham-me assaltado a casa, deixando-a quase vazia, e quando pedi apoio aos vizinhos, um deles disse ter visto os ladrões a retirarem os bens da minha residência mas pensou que se tratasse de mudança de residência”.

A intranquilidade que se vive hoje naquele que foi um dos bairros mais calmos da Praia, segundo testemunhas, não se limita aos roubos nas residências. Acresce-se a isto a proliferação de jovens que andam em grupos e aplicam o “kassu bodi”. A confirmar isto é o ataque sofrido por uma jovem residente na semana passada. Ela foi assaltada por um grupo de jovens entre os 17 e 20 anos, por volta das 8 horas da noite. Por sorte a vítima reconheceu um dos assaltantes, contactou em seguida a polícia e no dia seguinte esse meliante foi capturado na sua residência.

A procurar explicação para essa onda de violência, alguns residentes acreditam

que o facto de bairros problemáticos como Tira-Chapéu, Bela Vista, Várzea se localizarem próximo da Terra Branca contribui, consideravelmente, para o crescimento da criminalidade. “Isso tendo em conta que as disparidades sociais, más condições de saneamento básico e taxa de desemprego elevada caracterizam esses locais”, explica.

Recorde-se que há poucas semanas um jovem foi baleado na mesma zona em circunstâncias, ainda por esclarecer, por uma pessoa que passava num táxi. Logo depois de ter baleado esse cidadão, que passava a pé próximo da rotunda da Nova Luar, o atacante pôs-se em fuga, utilizando o mesmo táxi, mas acabou por ser detido no mesmo dia pela Polícia, no Plateau.

Outro caso recente no mesmo bairro foi o assalto ao Colégio Amor de Deus. A escola foi atacada por desconhecidos que desapareceram sem deixarem nenhuma pista à Polícia. Enfim, mais um facto que confirma a inquietação que se tem vivido ultimamente na capital.

Edgar Jorge

semana Sexta-feira, 8 de Junho de 2007



## Mais de 40 clandestinos chegaram à Praia

Um barco com 42 passageiros clandestinos atracou ontem no Porto da Praia. Um deles já estava morto, aparentemente por desidratação, e outros três tiveram que ser encaminhados para o Hospital Agostinho Neto por se encontrarem bastante debilitados. Os restantes passageiros foram encaminhados para o Centro de Instalação de Eugénio Lima, onde serão identificados e depois de cumpridos todos os trâmites legais serão reenviados para os seus países de origem.

Segundo um dos clandestinos, ele e os seus companheiros são provenientes do Senegal e do Mali e tinham como objectivo a Europa. Ao que tudo indica, partiram da Mauritânia a 24 de Maio e foram detectados por um navio liberiano a 5 de Junho. A pequena embarcação onde viajavam foi encontrada a 500

milhas de Cabo Verde: deram primeiramente o SOS aos Açores e só depois é que contactaram o nosso arquipélago, que, por ser o país mais próximo, foi quem os acolheu.

Durante os treze dias que estiveram em alto mar, “não tínhamos nem comida nem água potável”, conta um dos sobreviventes. Na chegada ao Porto da Praia, que aconteceu por volta das 11h30 da manhã, já tinham duas tendas de campanha montadas pela Protecção Civil e pelo HAN para dar os primeiros socorros.

O último caso do género aconteceu em Novembro do ano passado, quando uma piroga com 130 imigrantes foi localizada no Porto Novo, ilha de Santo Antão. Em Fevereiro último, Cabo Verde aceitou, por razões alegadamente humanitárias,

receber um grupo de 37 indivíduos repatriados pela Espanha, enviando-os de seguida para os respectivos países - Senegal, Guiné-Bissau, Guiné-Conakry, etc.

O patrulhamento das águas de Cabo Verde por navios de Portugal, França, Espanha e dos EUA terá contribuído para a diminuição do fluxo de clandestinos que se vinha desenhando em direcção a este arquipélago. No entanto, o responsável dos Serviços de Emigração e Fronteiras, Júlio Melício, acredita que este é o primeiro caso da vaga de clandestinos que por esta altura do ano se faz ao mar para chegar à Europa e acabam, amiúde, por vir parar a Cabo Verde.

CA

Os estudantes do curso técnico profissional de turismo acusam a Escola Secundária Polivalente Cesaltina Ramos de terminar o ano lectivo sem ter concluído algumas disciplinas. Diante disso, e porque não querem ir para o mercado despreparados, recusam-se agora a receber o diploma sem completar o programa do curso.



## Formandos de turismo recusam diploma

Segundo os estudantes, o curso, pelo qual pagaram propinas mensais de quase seis mil escudos durante cerca de dois anos, foi dado como concluído a 13 de Abril passado, mas o programa ficou pelo meio e algumas disciplinas, como o inglês que é fundamental para quem quer trabalhar no sector, não foram ministradas. Diante deste quadro os alunos recusam-se a receber o comprovativo da sua formação. Eneida Cardoso, um dos integrantes do grupo, disse ao **A Semana** que não quer entrar no mercado de trabalho com uma formação incompleta. “*Não quero apenas ter um diploma, quero ter conhecimentos*”, sublinha.

A directora da “Cesaltina Ramos”, Manuela Gomes, defende-se dizendo que este foi um “*problema herdado*” da direcção anterior que não conseguiu concluir o total das aulas previstas no calendário do segundo semestre, mas afirma que vai dar continuidade ao curso em breve.

Os alunos não acreditam na promessa e afirmam que a directora não contactou ainda nenhum dos representantes do curso para falar sobre este assunto.

Mas esta história não termina aqui. O ex-sub-director técnico da escola, Jorge

Tavares, contradiz a actual directora da “Cesaltina Ramos, afirmando que, quando deixou o cargo, entregou por escrito todas as informações necessárias relativas ao curso. Acrescenta que o ajuste final coube à nova direcção, recusando por isso qualquer responsabilidade face ao que veio a suceder. Tavares sublinha que quando ele e os seus pares assumiram a direcção da escola encontraram o mesmo tipo de problema enfrentado agora por Manuela Gomes, mas que, mesmo assim, conseguiram concluir todos os cursos. “*A partir do momento que a nova direcção assume o cargo, tem que se responsabilizar por todos os cursos*”, defende.

De acordo com alguns estudantes de turismo, entre eles Carlisa Silva, todos os problemas por que passam neste momento “*começaram depois que mudaram a direcção da escola*”. “*Nunca tivemos problemas com a direcção anterior. O curso é novo e não souberam ministrar*”, conclui Silva.

Preocupados com o seu futuro os estudantes afirmam que, ao tentarem conversar com a directora Manuela Gomes, foram recebidos na escada da instituição e que o diálogo se mostrou impossível, tendo aquela responsável chegado a afirmar não saber

da existência de qualquer curso de turismo. Depois de várias tentativas, Gomes aceitou reunir-se com apenas dois alunos do grupo. Eneida Cardoso participou da reunião e revela que a directora prometeu dar continuidade ao curso no dia 21 de Maio, mas que até hoje estão à espera...

Questionada por **A Semana**, Manuela Gomes entende que os alunos, na ocasião, “*ultrapassaram o limite do aceitável*” e desconfia que há algo mais “*por detrás dessas acusações*” que lhe são atribuídas enquanto responsável da “Cesaltina Ramos”.

Segundo o actual sub-director técnico do mesmo estabelecimento, Vítor Hugo Tavares, a direcção da escola já tratou do assunto com o Ministério da Educação e vai negociar com os professores a continuação das aulas, por mais 25 dias, findo os quais o curso será dado por concluído e que isso deve acontecer ainda neste mês de Junho. “*A culpa*”, alega Tavares, “*não foi da direcção da escola. Os professores não concluíram a carga horária do programa e até hoje só recebemos a avaliação de um professor*”.

Contactados também por esta reportagem, os professores não quiseram falar sobre o caso.

Nisto tudo uma coisa é certa: os alunos recusam-se a receber o certificado de curso e se não retornarem às aulas dizem querer o seu dinheiro de volta. Afinal, foram quase seis mil escudos que pagaram mensalmente durante cerca de dois anos que o curso durou.

Na actual conjuntura do país, a possibilidade de realizar um curso profissional é uma saída atraente para muitos jovens e não só que não têm recursos para fazer uma formação superior no estrangeiro ou no país. Os cursos profissionais são uma das apostas do governo para promover mais emprego em Cabo Verde.

No caso da “Cesaltina Ramos”, este estabelecimento começou a ministrar formações em 2003, com vários cursos, entre os quais Electricidade, Contabilidade e Gestão Comercial, Construção Civil, Informática, e Turismo que foi implementado no ano lectivo 2005/07, e é sobre este último que surge agora esta controvérsia.

Os estudantes, estes, demonstram vontade de ter uma formação qualificada, de acordo com as exigências do mundo do trabalho. “*Afinal investimos muito, financeiramente, e esforçamo-nos por conseguir melhores oportunidades no mercado*”, argumenta um deles.

Jaqueline Pereira

Sexta-feira, 8 de Junho de 2007

asemana

## Cônsules da Noruega recebidos pela Família Real

Todos os cônsules da Noruega sob a tutela da Embaixada desse país em Portugal serão recebidos pela família real norueguesa, Rei Harald e Rainha Sonja, no próximo dia 22 de Junho. A iniciativa, que também leva os dois cônsules da Noruega em Cabo Verde, Jorge Brito e Carlos Albertino Veiga, àquele país escandinavo, enquadra-se num meeting de Verão que vai acontecer em Oslo entre 17 e 23 de Junho.

A ideia do encontro surgiu da última reunião dos cônsules sob a jurisdição da Embaixada da Noruega em Portugal, em Outubro de 2006 no Algarve. “*Sugeri o agendamento deste encontro porque boa parte dos cônsules que representam a Noruega não conhecem esse grande país. O MNE da Noruega aprovou a ideia e marcou a data de 16 a 23 de Junho para se realizar este encontro. Foi elaborado um programa que prevê deslocação ao norte da Noruega, reunião em Oslo com o MNE e encontro com a família real, que demonstrou interesse em conhecer os seus representantes em vários países*”, indica Jorge Brito, cônsul da Noruega em Cabo Verde para a região de Barlavento.

Brito é, actualmente, um dos mais antigos cônsules da Noruega ainda em funções. Ocupa o cargo deste 1978, altura em que a companhia Millers terminou a sua missão em Cabo Verde. “*Era o gerente desta empresa*

*que então acumulava os consulados da Noruega, Suécia, Dinamarca e Finlândia. Entretanto os ingleses terminaram a sua actividade em Cabo Verde em Dezembro de 1978 e, deste então, assumi esta função, por indicação do então responsável*”, revela.

O sonho de Jorge Brito é levar as autoridades nacionais ao país nórdico. “*Infelizmente temos enfrentado alguma dificuldades para realizar esse nosso objectivo. Mas o PM, José Maria Neves, já garantiu que até ao final deste ano efectuará uma visita à Noruega*”, diz Brito, para quem o PM entende que agora que Cabo Verde está prestes a entrar no grupo dos Países de Desenvolvimento Médio é necessário aproximar-se daqueles que o podem apoiar.

A par desta aproximação, hoje o trabalho do consulado consiste basicamente em agilizar os processos dos jovens que se deslocam àquele país para estudar e apoiar os marítimos que viveram e que recebem pensão da Noruega. O consulado também prepara os dossiers das pessoas que pretendem viajar para a Noruega, que são posteriormente remetidos para a embaixada em Portugal para efeito de visto. Mas já houve tempo em que o que sobrava no consulado era trabalho. “*Éramos nós quem fazia os contratos para os marítimos que embarcavam nos barcos noruegueses. A situação alterou-se porque hoje há um segundo registo de bandeira norueguesa feita*

*por espanhóis. Hoje são poucos os cabo-verdianos que trabalham em navios noruegueses e, com isso, temos menos trabalho*”, assegura.

Brito admite que retomar os contactos perdidos no sector marítimo será difícil. Mas, porque ainda existem crioulos a residirem naquele país, é possível estabelecer relações em outros moldes. “*Um dos objectivos desta visita é tentar uma geminação com cidades onde residem cabo-verdianos. Apresentámos a ideia à embaixadora da Noruega em Portugal, em Março último, e foi ela própria que sugeriu as cidades de Larvik (possui mais de 23 mil habitantes e situa-se no condado de Vestfold) ou Narvik (com mais de 14 mil habitantes e localizado no condado de Nordland). São pequenas cidades que vivem da pesca e dos estaleiros navais, onde os crioulos podem servir de antenas, inclusive já temos alguns nomes na nossa agenda e vamos contactá-los porque entendo que podemos conseguir muito junto da Noruega, que é um país que possui muita riqueza*”.

A expectativa de Brito é de que os contactos prévios que vai fazer agora sejam reforçados com a visita do PM, para que a Noruega possa dar o seu contributo para o desenvolvimento de Cabo Verde em áreas como a pesca, marinha mercante e energias renováveis, onde possui uma experiência que não é de desprezar. E Cabo Verde só tem a ganhar, arremata.

Constância de Pina

# SAIBAMOS DAR VALOR AO QUE É NOSSO!



A Cidade da Praia, Capital do País cuja urbanização tem sido, nos últimos anos, muito valorizada com largos milhares de prédios dignos de apreço, dado o bom gosto com que foram concebidos, para além da sua utilidade, conta com mais um excelente edifício, o qual é, a partir de agora, um dos mais importantes de Cabo Verde. Este destaque vai para a Praça da CRUZ do PAPA, sita na Achada de Santo António. Nessa Praça fo inaugurado o templo PAPA JOÃO Paulo II, concebido pelo talentoso artista “Domingos Luísa”, sendo baptizado e inaugurado

por suas Excelências, o Reverendíssimo Bispo e o Primeiro-ministro respectivamente, D. Paulino Évora e Dr. José Maria Neves, a 19 de Maio de 2007, dia em que a Cidade da Praia festejou o seu centésimo quadragésimo nono aniversário.

Este importante evento contou com a presença de vários convidados e, ainda, de centenas de pessoas que se deslocaram ao local. Esperamos confiadamente que tal inauguração não fique por aqui, o que, de resto, é o desejo do Senhor Presidente da Câmara Municipal da Praia, Dr. Felisberto Vieira, do Governo e de todos nós.

Sabemos que o Presidente da Câmara Municipal da Praia se tem empenhado nessa importantíssima obra, com muito zelo e carinho. Por outro lado (é bom frisar isto), espera-se que a população corresponda aos esforços das autoridades policiais, que, por certo, irão envidar esforços na defesa dessa obra, a todos os títulos notável, cabendo a nós, sem exclusão de ninguém, dar valor àquilo que é nosso, voto que é extensivo a todos os cidadãos cabo-verdianos.

Manuel de Jesus Moreno  
- DJUDJA -

## O PARAÍSO QUE PODERÁ DEIXAR DE SER NOSSO

No passado mês de Setembro resolvi ir até à Ilha da Boa Vista com o intuito de descansar e desfrutar das belezas dessa ilha, da qual guardava boas recordações de viagens que eu havia feito com meus tios e primos, por duas vezes quando tinha entre 10 e 11 anos. Vinham tios e primos de Portugal, Praia, Mindelo e encontrávamo-nos em “Bubista” e lá ficávamos por duas semanas, acampados no ilhéu. Tínhamos um bote alugado, muitas vezes comandado pelo tio Antoninho ou então pelo tio Djibla, que nos traziam diariamente, aos primeiros raios de sol, a vila, para buscar a cachupa da Filó que nos dava força para a nossa aventura, diária, de “explorar” a ilha de cabo a rabo, como um autentico conto de fadas com direito a tesouro enterrado no ilhéu e tudo. A ilha era nossa.

Passados todos esses anos voltei, buscando alguma liberdade naquela ilha que outrora havia sido tão minha, a ponto de carregá-la em minhas memórias até hoje. Desembarquei no porto, já que os voos estavam completamente lotados, pelos turistas que também buscavam a ilha para descansar. Até aí tudo bem, afinal o que é bonito é para ser compartilhado.

Deixei as minhas coisas numa pequena pensão onde acabei por ficar, e saí logo em busca das praias que haviam ficado em minhas memórias. Passei pela vila, onde já se notava alguma mudança, tanto nas infra-estruturas e no tipo de pessoas que ia encontrando. Parei para comprar um gelado numa gelataria onde a dona era italiana.

Fui à praia que continuava linda, praia de Chaves, toda ela ocupada por estrangeiros. Ao longe via um grande complexo hoteleiro, do qual já me haviam falado, o Venta Hoteles, um dos maiores da África Ocidental, onde as pessoas só entram com autorização dos directores, e eu jamais me iria submeter a tal humilhação em meu próprio país. Achei estranho porque um amigo meu, espanhol, me tinha dito que o hotel era lindíssimo e que estava aberto ao público (eles).

Fiquei triste, mas fui-me deixando levar pelas outras belezas da ilha que, de algum modo, iam mascarando os detalhes que ia percebendo, em relação ao turismo que aí se vai desenvolvendo. No último dia, resolvi visitar o tão falado Marine Club, onde em nenhum lugar aparece escrito “proibido a na-

cionais”, com cara de nacional, mas onde em cada olhar pude perceber uma pergunta: “Quem te deixou entrar?”... Nunca, em toda a minha vida, em outros países, em cidades marcadas pela discriminação social e racial senti tal sensação. Foi simplesmente horrível, até uma senhora aproximar-se de mim e me perguntar se me poderia ajudar. Eu tinha um nó na garganta, pensei em sacar de dinheiro, alugar um quarto, pensei em convidar o pessoal que estava comigo para jantar, enfim pensei em mostrar-lhes que podia pagar para estar aí e que, eles sim, é que estavam em dívida comigo por estarem a enriquecer às custas de um país que é meu e sobre o qual tenho também responsabilidades. Saí, com a sensação de ter sido a maior humilhação pela qual passei na minha vida, por não ser loira de olhos verdes, com uma mala Louis Vuitton a tiracolo. E olhem que eu faço parte de um grupo de pessoas com algum poder económico e relativamente bem relacionada. Pensem naqueles nacionais, com cara de coitados, que abundam neste país, que buscam trabalho, e que são obrigados a manter suas gentes longe do local onde trabalham para poderem, no fim

do mês, ter o que comer. Me pergunto quem é o responsável por isso? A quem nos dirigimos para reclamar das humilhações pelas quais a nossa gente está a passar? Que benefícios a nossa gente está a ter em função dos investimentos externos que temos estado a receber? De que tipo de emprego falam quando se diz que os investimentos externos geram empregos directos e indirectos? Quantos nacionais existem nessas empresas em cargos de chefia? Com que rigor e frequência essas empresas são controladas? Quem faz esse controle? Minha gente 250 metros quadrados do nosso chão, na Boa Vista, valem 5.000.000\$00, o mesmo valor de um lote de 1.600 metros quadrados aqui na Praia na Cidade Velha, uma zona cara. Os nacionais irão vender tudo o que têm aos estrangeiros e irão morar no interior da ilha, formando pequenos “jardins zoológicos” pelos quais os turistas poderão passar, de carro, e ver como vivem os nativos. Descobri que a terra já não é mais minha e que o pior está a caminho afinal, são vários os empreendimentos nos quais não vamos poder entrar por sermos nacionais!

Margarida Mascarenhas



# “SANTO ANDRÉ”: O FUTURO NÃO PODE ESPERAR SOMENTE PELA DECISÃO POLÍTICA

A Freguesia de Santo André situada no Concelho do Porto Novo, com uma área de 118 km<sup>2</sup> é composta pelas localidades de Alto-Mira, Jorge Luís, Ribeira da Cruz, Martiene, Chã de Norte, Norte e Monte Trigo.

É um território esplêndido, com uma forte e singular identidade paisagística, caracterizada pela beleza dos seus vales e planaltos que contrastam com o azul do mar.

Esta Freguesia rural aberta desde há muito, com enorme potencial agrícola e turístico continua deprimida e refém de um conjunto de problemas estruturais que condicionam o seu processo de desenvolvimento.

É imperioso negar o fatalismo instalado, mobilizar quem está adormecido e recusar a ideia de que tendência é destino.

Em Santo André, a virtude não tem sido dos governos. A sua força advém, principalmente, dos cerca de 4.000 habitantes, na sua maioria pequenos agricultores, que erguem as suas enxadas e trabalham arduamente a terra árida com a esperança nos “deuses da chuva”.

Conhecidos e velhos são os problemas que carecem de novas soluções, como por exemplo:

\* Disponibilização de água para a agricultura nos vales de Jorge Luís e Ribeira da Cruz, onde, desde há muito denota-se insuficiências de água para a rega;

\* Estradas de ligação com calçamento entre Ribeira da Cruz - Martiene, Ribeira da Cruz - Chã de Norte - Norte e por último ligação entre Ribeira da Cruz e Clementinho;

\* Electificação rural, nomeadamente nas zonas de Chã de Norte, Norte, Dominguinhas e Clementinho;

\* Um Centro de Saúde com meios humanos e

técnicos pronto a socorrer a população, entre outras infraestruturas básicas;

\* Infraestruturas desportivas para os jovens.

Sabemos, por tudo aquilo que observamos, que o modelo de desenvolvimento vigente na administração do território é centralizador e tem constringido, sobremaneira, o desenvolvimento equilibrado do país, em particular do seu interior.

É nossa convicção que se torna urgente encontrar os mecanismos e instrumentos mobilizadores das capacidades governamentais, regionais e locais, em vez de as ignorar ou subestimar.

O desafio do desenvolvimento nunca será, seguramente, conseguido sem o comprometimento do povo desta Freguesia.

A população de Santo André, ciente do marasmo em que vive, decidiu no âmbito da festa do padroeiro da freguesia “Santo André”, realizar um fórum, no dia 25 de Novembro do ano transacto, intitulado “SANTO ANDRÉ E O FUTURO” que visava perspectivar o desenvolvimento desta freguesia. O consenso à volta do povo desta freguesia, dos políticos dos diversos partidos representados e técnicos é que a Freguesia está em pé de igualdade em termos de potencialidades com outros territórios do país, onde foram criados novos municípios.

É possível criar instituições com peso político específico, com legitimidade para definirem estratégias integradoras de políticas diversificadas de desenvolvimento.

Resumindo, Santo André tem potencial histórico, populacional, económico e cultural para ser elevado a concelho.

Recentemente no Colóquio Internacional sobre a

Descentralização e Desconcentração Administrativa realizado na Cidade da Praia, muitas foram as vezes contra a criação de novos municípios. Para alguns actores políticos foi um erro a sua criação, outros não querem ouvir falar na criação de novos municípios.

Na minha opinião, a sua criação só será um erro se servir apenas para o interesse dos partidos ou políticos. O desafio de criação de municípios passa simplesmente por ajudar a cumprir todas as necessidades e anseios dos municípios - o colectivo.

Cavaco Silva nas comemorações dos 30 anos do poder local em Portugal disse que:

- “O poder deve ter uma relação o mais próxima possível com os seus destinatários - “Só um poder de proximidade será capaz de conhecer as aspirações e anseios dos cidadãos”, - “ Pelo que o poder local é, portanto, uma das mais genuínas concretizações da ideia de democracia”.

Chegou o momento do povo de Santo Antão não cruzar os braços, unir e lutar contra as assimetrias e discriminações regionais. Não podemos continuar a ter um país a duas ou a três velocidades.

Queremos, também, mais recursos dos fundos do Estado para Santo Antão, de forma a termos mais investimentos na electrificação rural, estradas, agricultura, saneamento, água, saúde e educação, telecomunicações, entre outros.

Portanto, estão equivocados aqueles que, na capital, distantes dos cidadãos, pensam poder resolver os problemas do país sem ajuda do poder local ou impedindo a sua criação.

Criar o município de Santo André é torná-lo um aliado do futuro e parte activa na solução dos problemas desta Freguesia.

Valter Silva - Porto Novo

Sexta-feira, 8 de Junho de 2007

asemana

## CIDADÃO INDIGNADO

Mosteiros, 19 de Maio de 2007-05-20

Escrevo para o vosso jornal em resposta àquilo que considero uma pseudo notícia (pois parece um artigo de opinião, mas querem fazer parecer que é uma notícia). Publicada na edição de sexta feira, 18 de Maio, na página 12, Correio das Ilhas, com o título “Professor diz que delegado do ME o ameaça de morte” e onde o meu bom nome é referenciado sem existir a necessidade disso e onde os factos são, ou parecem ser voluntariamente obscurecidos.

Pelo que irei abordar a defesa da minha honra em dois pontos. O primeiro ponto dirá respeito à inclusão do meu bom nome nesta pseudo notícia. O segundo terá a ver com a falta para com a verdade que vocês tiveram.

A passagem em questão é a seguinte:

“Suspensão por 6 meses devido a uma briga com um colega, Artur Melo, no ano passado”.

Ponto 1

O código deontológico dos jornalistas é claro:

O jornalista deve respeitar a privacidade dos cidadãos excepto quando estiver em causa o interesse público, a conduta do indivíduo contradiga, manifestamente, valores e princípios que publicamente defende. O jornalista obriga-se, antes de recolher declarações e imagens, a atender às condições de serenidade, liberdade e responsabilidade das pessoas envolvidas.

Ora isto, nem por sombras foi feito, caso contrário, ao identificarem-me, teriam tido o cuidado de vir falar comigo.

Deve-se ainda dizer que não havia a necessidade de me identificar, bastava que, em vez de referenciarem o meu nome, dissessem “fulano” ou “colega”.

Não tenham dúvidas, vocês desrespeita-

ram a minha privacidade, a minha condição de serenidade e a minha liberdade em opinar relativamente a um assunto onde fizeram tanta questão em me incluir.

De acordo com o vosso código, os factos devem ser comprovados, ouvindo as partes com interesses atendíveis no caso. Nada disto, em relação à minha pessoa foi feito, pelo que é uma falha grave, para quem quer transmitir a ideia de um jornalismo sério, promotor de um ambiente propício para a resolução dos problemas nacionais e locais.

Ponto 2

Aqui reside a vossa maior falha. Mentiram em quase todas as frentes, omitiram ou obscureceram factos que põem à luz a verdade.

Com que objectivo? (podíamos nós perguntar. A resposta seria tão obscura quanto a intenção).

A pseudo vítima, ou pelo menos o indivíduo que vocês à força toda querem fazer passar por vítima, nada mais é do que um condenado pela justiça de Cabo Verde que de inocente nada tem.

Alberto Soares Rosa, foi condenado em tribunal, por uma agressão bárbara e covarde, e a pagar indemnização à minha pessoa, por danos morais e físicos.

A este indivíduo, promovi também uma participação à Inspeção-Geral da Educação. Daqui resultou uma suspensão de 6 meses aplicada a um indivíduo com laivos de crueldade, falsidade e covardia, não por ter brigado, como inocentemente vocês querem fazer parecer, mas sim por ter AGREDIDO um colega e seu professor, e por ter violado uma série de condutas ético-profissionais características da profissão docente que ele até então exercia. Como, por

exemplo, ser apanhado com cábulas a copiar e por isso ter agredido a minha pessoa, pelas costas, sem que eu pudesse sequer vislumbrar uma hipótese de defesa.

O jornalista deve relatar os factos com rigor e exactidão e interpretá-los com honestidade.

Confundir “briga” com “agressão” não é rigor, nem exactidão nem tão-pouco interpretação honesta dos factos.

Eu atrever-me-ia a designar esta interpretação como a mais pura demonstração de ignorância ou a arma utilizada para obscurecer o rigor e a exactidão dos factos.

Não posso admitir que confundam, neste caso, briga com agressão. Pois numa eu teria a hipótese de defender a minha integridade física e moral, na outra essa integridade física e moral foi violada. Não podemos esquecer que foi por isto que o indivíduo Alberto Soares Rosa foi condenado em local próprio.

Ao utilizar a palavra “briga” dá a sensação a quem lê e que não conhece o contexto, que foi uma mera disputa oral ou um conjunto de agressões mútuas, quase que o ilibando de todas as condenações a que este senhor, Alberto Soares Rosa, foi justamente sujeito.

Tem de se dizer agressão, pois foi isso que aconteceu. Sejam rigorosos, exactos e honestos, não escondam factos pela troca de “Agressão” por “briga”.

A utilização da palavra agressão, mostraria um sujeito, não tão inocente, ou seja, o contrário daquilo que, voluntária ou involuntariamente, querem vender.

A consequência mais directa seria o impacto junto da opinião pública, que seria naturalmente diferente.

Exige-se o cabal respeito pelo vosso código deontológico, nomeadamente aquele em que

se afirma “O jornalista deve assumir a responsabilidade por todos os seus trabalhos e actos profissionais, assim como promover a pronta rectificação das informações que se revelem inexactas ou falsas. E naturalmente o devido pedido de desculpas à minha pessoa, pelas razões em cima indicadas.

Caso estas justas reivindicações não sejam satisfeitas, considerarei outras opções, que me ressarçam dos prejuízos morais que esta pseudo notícia me causou.

Caso vos interesse publicar este escrito, façam-no sem mudar rigorosamente coisa alguma.

Este escrito vai devidamente reconhecido por notário.

Cumprimento  
Artur Manuel Melo Afonso

### NOTA DE REDAÇÃO

Effectivamente, o artigo em referência, publicado na edição 18-05-07, na pág. 12, com o título “Professor diz que delegado do ME o ameaça de morte”, o nome de Artur Melo é referido nos seguintes termos: “... foi suspenso por seis meses devido a uma briga com um colega seu Artur Melo, no ano passado”. Porém, longe de nós pensar que a palavra “briga”, em vez de “agressão”, fosse ferir as suas susceptibilidades nos termos acima reportados. Pelo facto nos penitenciamos, apresentando-lhe as nossas desculpas pelo sucedido.

NMC

Ponto de Vista